

Educação, Cidadania, Sociedade

Mídia e Educação*

Coordenação

Carlos Alberto Serpa de Oliveira

Jorge Ferreira da Silva

Com a participação de:

Cleide Ramos - Presidente da MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris e Bacharel em Pedagogia pela USU - Universidade Santa Úrsula. Foi Diretora de Tecnologia Educacional da Fundação Roquette Pinto (MEC), Diretora Presidente da FESP - Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro, Vice-Presidente da Associação das Fundações Públicas Nacionais, Chefe do Departamento de Treinamento e Desenvolvimento da Fundação do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Gerente de Produto Globo Vídeo, Superintendente do Centro Cultural, Diretora de Ação Comunitária e Gerente do Projeto Criação de Núcleos de Desenvolvimento Infantil do MOBRL - Movimento Brasileiro de Alfabetização e Membro do Conselho de Ensino à Distância do MEC - Ministério da Educação e Cultura.

Edgar Flexa Ribeiro - Diretor do Colégio Andrews. Bacharel em Direito pela PUC/RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro da Academia Internacional de Educação. Foi membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro e comentarista da Rádio Globo, da TV Bandeirantes e da TVE. Subsecretário de Governo do Estado da Guanabara, Chefe de Gabinete do BNH - Banco Nacional da Habitação, Assessor do Ministro do Trabalho e Previdência Social, Chefe do Escritório da Reforma Administrativa e Assessor do Ministro do Planejamento.

Joaquim de Arruda Falcão Neto - Secretário-Geral da Fundação Roberto Marinho, Professor da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro dos Conselhos do Programa Comunidade Solidária, Reforma do Estado, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz e Fundação Casa França-Brasil. Doutor em Educação pela Universidade de Genebra, Mestre em Direito pela Harvard Law

* 3º Encontro, realizado em 28 de agosto de 1997, na Fundação CESGRANRIO.

School e Bacharel em Direito pela PUC/RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

José Marques de Melo - Coordenador do Programa da Pós-Graduação em Comunicação Social e Titular da Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional da UMESP - Universidade Metodista de São Paulo, Pesquisador Senior do LABJOR - Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. □□ Professor visitante do College of Communications da Universidade de Colima, México e Universidade Andina, La Paz, Bolívia, além de Catedrático UNESCO de Comunicação nas Universidades Autônoma de Barcelona, Ibero-americana do México e Católica de Montevidéu. Foi Co-presidente do Comitê de Pesquisa da ORBICOM - Rede Mundial de Cátedras Unesco de Comunicação (Montreal, Canadá), membro do Comitê Dirigente da LUSOCOM - Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação (Lisboa - Portugal). Doutor e Livre Docente em Jornalismo pela USP - Universidade de São Paulo, Pós-graduado em Jornalismo pela Universidade Central do Equador, Bacharel em Jornalismo pela UCPE - Universidade Católica de Pernambuco e em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. Foi articulista dos jornais: Folha de São Paulo,

O Estado de São Paulo, Zero Hora, Jornal de Brasília e Tribuna de Santos.

Marlene Montezi Blois - Coordenadora de Extensão do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ. Assessora de Projetos Especiais e Consultora de Educação a Distância da UGF - Universidade Gama Filho. Vice-Presidente do CREAD - Consórcio/Rede Interamericana de Educação a Distância/Regional Brasil, Assessora e Coordenadora de Técnicas Educacionais da Fundação Roquete Pinto (Centros de Rádio e TV), e Coordenadora de diferentes séries educativas veiculadas pela TVE/RJ/Rede Brasil. Mestre em Tecnologias Educacionais pela UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Livre Docente em Comunicação Social, TV e Rádio pela UGF, Bacharel em Pedagogia pela UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mindé Badauy de Menezes - Diretora do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos da Secretaria de Educação a Distância/MEC, Professora Titular da UFG - Universidade Federal de Goiás, Membro do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFG e do Conselho Estadual de Educação de Goiás. Mestre em Educação Brasileira e Bacharel em Pedagogia pela UFG. Foi Diretora da Faculdade de Educação da UFG e Secretária Municipal de Educação de Goiânia.

INTRODUÇÃO AO FÓRUM

O Prof. JORGE FERREIRA DA SILVA - Esta é mais uma sessão do Fórum Educação - Cidadania - Sociedade, da Fundação CESGRANRIO. Desta feita, o tema é Mídia e Educação, localizando-se especificamente o caso da televisão. Contaremos com a colaboração dos seguintes professores, na ordem em que serão chamados para falar:

- Joaquim de Arruda Falcão Neto;
- Cleide Ramos;
- Mindé Badavy de Menezes;
- Marlene Montezi Blois;
- José Marques de Melo e
- Edgar Flexa Ribeiro.

Estas pessoas foram chamadas pela experiência, trajetória e independência com que expressam o que vêem, esperam e desejam fazer. No espírito que tem afirmado o Fórum, elas têm toda liberdade para tratar do assunto como melhor lhes parecer.

O tema desta tarde foi escolhido por uma razão extremamente forte. Não é fato desconhecido o quanto a modernização da sociedade brasileira deve à influência da televisão. Dificilmente será diferente, pois as estimativas são de que há aproximadamente 30 a 32 milhões de aparelhos de televisão nas casas, escolas e vários outros locais deste país. O tópico de hoje não é a televisão como objeto a serviço do ensino em sala de aula, mas a televisão como um veículo

de comunicação social. Portanto, serão discutidas questões como o papel da mídia no Brasil, se ela exerce ou não uma função educativa, o que faz ou deixa de fazer, se é geralmente positiva ou negativa, qual a significação que ela tem para a educação e projetos que estão sendo encaminhados e outras. Esperamos, também, que surjam aqui sugestões para as ações a serem desenvolvidas, seja para redirecionar, seja para abrir novos rumos para o país, seja para considerar alguns impactos que se pedem faz muito tempo em termos de mudança de educação. Por exemplo, diante do problema da desigualdade, do problema da consolidação da democracia, do problema do desenvolvimento de recursos humanos diante do processo de globalização diante do papel que o espectador e o professor podem exercer ativa, passiva ou interativamente com a televisão. Alguns aspectos também devem aparecer nesse processo, como a educação para melhorar a saúde dos brasileiros, a educação para que o ambiente leve à melhor qualidade de vida e, vários outros tópicos.

Começaremos, então, com o Prof. Joaquim Falcão.

O CANAL FUTURA

O Prof. JOAQUIM DE ARRUDA FALCÃO NETO - Agradeço o convite da CESGRANRIO para estar nesta mesa ilustre, com companheiros fraternos. Tal-

vez a contribuição que possa dar seja menos teórica e mais prática, na medida em que, na Fundação Roberto Marinho, já estamos com alguma experiência nessa área. Focalizaria, basicamente, o novo canal de educação Futura - O Canal do Conhecimento, previsto para ir ao ar dia 22 de setembro próximo.

Antes disso, porém, quero focalizar três ordens de problemas que necessitam ser definidos antes de pensarmos em um projeto de televisão em educação: a questão do conteúdo dos programas, a questão do uso do canal e a questão da operação em si.

Começaria por dois ou três dados que servem de moldura para isso. Foi mencionada a importância de televisão. Pode-se dizer que o brasileiro compra televisão antes de comprar geladeira ou filtro para água. O brasileiro médio, se homem, assiste televisão cerca de 3,50 horas/dia; se mulher, 4,20 horas; se criança, 4,40 horas. Estes passam, portanto, mais tempo assistindo televisão do que na escola. São dados do IBGE. A televisão, então, é um veículo com importância cotidiana para as pessoas.

O segundo dado é o de que o nosso canal se chama Futura - O Canal do Conhecimento, não tem o nome de "educação". Pesquisas extensas, feitas por empresas especializadas, mostram que se colocarmos "aula", "educação", "professor", "aluno" ninguém assiste; é sinal de chatices; há uma reação contra. O brasileiro tem uma relação de amor

e ódio com a educação; na medida em que ele necessita, também reage contra. Pesquisas sobre os trabalhadores de São Paulo que não completaram os 1º e 2º graus, para o Telecurso 2000, indicaram que o trabalhador jovem, de 19 a 25 anos, não voltava à escola e apontaram três motivos. Primeiro, pela questão do transporte. Ele já gasta duas horas para chegar e duas para sair e não tem tempo de fazer esse triângulo casa-escola-fábrica. Segundo, o cansaço físico. No final do dia e com o desgaste do transporte, ele já está no seu limite e não tem condições físicas para aprender. Terceiro, vergonha. Ele tem vergonha de dizer que está na escola. E isso não acontece apenas no Brasil, mas nos Estados Unidos, França etc. A BBC de Londres, por exemplo, cuja tradição de educação é extremamente forte, tem todos os problemas de audiência. Com a abertura do sistema para canais privados, seus programas educativos e de ciências estão tendo dificuldades para manter a audiência diante de programas tipo *Silvio Santos* ou *Faustão*. A única diferença é que lá é em Inglês e, aqui, em Português, mas os deles são, com certeza, piores.

Alguns problemas quanto à questão do uso. Existe o mito de que o aluno aprende no momento em que se coloca o programa no ar. Ninguém se forma no Telecurso 2000, às seis, sete ou oito horas. Costumo dizer que o problema do Boni acaba quando ele coloca o programa no ar e sabe se teve 35 ou 40 pontos de audiência. Na educa-

ção, começa quando vai ao ar. Por quê? Não é quando se assiste que o processo educacional necessariamente ocorre. Não se assiste às aulas inteiras, numa seqüência, todos os dias, às 6, 16 ou 19 horas. Até por questões de não estarem as pessoas habituadas a isso. Assiste-se a dois ou três programas, mas não se faz um curso completo.

A solução é o vídeo. O processo educativo é muito vídeo. Você tem que gravar esses programas e usá-los em sala de aula, sindicato, associação ou mesmo em casa, no seu horário educativo. A graça é poder voltar, refazer a aula, a ela assistir uma segunda vez. Isso coloca extremas dificuldades. A primeira de todas é a questão do direito autoral. A segunda, a estrutura do programa.

O primeiro ponto a considerar na questão do uso é, assim, muito mais complexo do que pensamos. Em geral, pensa-se que fazer uma televisão educativa é ter uma programação educativa. Esse é um começo necessário, mas insuficiente. O que se tem de fazer é uma combinação de programação e utilização em termos de vídeo. Aí pode ser que funcione. Para o Canal Futura isso foi cuidadosamente pensado. Em nossos programas diremos às escolas, associações, igrejas, fábricas, sindicatos: "Assistam e gravem". Eles podem usar no final da tarde ou pela manhã, em seu horário educativo.

O segundo aspecto, com relação ao uso, é que dificilmente esse uso é

feito, a não ser aqueles autodidatas, que são poucos que dispensam o que chamamos de orientadores da aprendizagem, uma versão mais simples para chamar professor ou professora. Não pensamos o nosso canal sem conceber que possa ser apropriado como vídeo e ser usado num sistema de 5 ou 10 alunos ou numa fábrica com 50/60 pessoas, onde haja o orientador da aprendizagem. De modo que 1/3 do nosso orçamento será gasto na pós-produção, para implementação. Em termos de uso, então, o nosso canal é de distribuição de vídeo. Porque a escola não tem dinheiro para comprar um vídeo, mas a associação de pais dará R\$ 2,00 ou R\$ 4,00 para comprar fita, gravar e usar.

No Brasil não há experiência com isso, não temos profissionais experimentados nisso, e sofremos diariamente com o problema de como formar um orientador.

Temos também a questão do conteúdo. Esta é uma questão absolutamente infernal. Com vocação para o enfarte, você enfarta tranqüilamente porque os professores não se dão com os produtores. A equipe é dilacerada, em guerra permanente. Um fala Francês, o outro, Inglês. Não se entendem. Os objetivos são contraditórios.

Por exemplo, no Telecurso 2000 contratamos todos os professores de 1º e 2º graus na televisão. "Qual é a melhor equipe de Exatas?" "A USP". Buscamos os professores de lá. "Qual é a

melhor equipe de Matemática?" A PUC/Rio. Buscamos a PUC. "História?" Idem. Entrega-se a tarefa a essas equipes para fazerem o melhor. São elas que fazem os roteiros.

Contarei uma história que tem a ver com isso. Um dos vídeos do Canal Futura que mostrarei é sobre o projeto Viva Legal. As pesquisas mostram que o brasileiro quer, na televisão, em termos de educação, primeiro saúde, segundo saúde, terceiro saúde. Por isso teremos uma série chamada Viva Legal. Um dos pilotos era o auto-exame da mama para estimular a prevenção do câncer. "O que vocês acham de uma chamada de televisão dizendo: Assistam ao programa sobre auto-exame de mama". "As classes C, D, E não sabem o que é mama". Outro era de prevenção de cárie. Luis Schor, um grande construtor, que estava assistindo junto ao nosso grupo disse: "Operário de construção civil não tem cárie, tem buraco de dente". "Assista à prevenção de cárie" não vai funcionar para as classes que precisavam de educação. A solução vai ser colocar "buraco de dente". Do contrário não vão entender. Por este mesmo motivo mandei trocar "auto-exame de seio", por "auto-exame do peito".

Vejam como é difícil fazer televisão educativa para todas as classes! As pesquisas depois de um telejornal mostram que só se entende 30% do que foi ao ar. Costumo dizer que a primeira coisa que se tem a fazer é sair do nível da elite e cair na real. Caso contrário, não

fazem o programa de televisão para quem precisa. É tão forte a diferença entre o que a elite brasileira pensa e o que pensa quem precisa de educação, que não falamos a mesma língua. Colocam-se os professores e os produtores. Os produtores querem banalizar o conteúdo; os professores, sofisticar e cientificizar. O professor queixa-se, cria uma crise e diz: "Não colocamos isso ou aquilo. Estão chamando "mama" de "peito"! Imagine!". O produtor diz: "Quer? Coloco "mama", mas ninguém vai assistir". O que preferir? Com esse problema na cabeça, percorri o mundo inteiro. Estive no Canadá: "Como vocês resolvem isso? Tentam juntar as duas equipes?". "Não, Joaquim, mantenha as duas equipes separadas". "Mas aí é briga sempre". "É verdade, mas apoie sempre a que está perdendo". A questão é que não temos profissionais, temos uma linguagem da elite que não é a linguagem do povo e que temos profissionais, temos uma disputa entre professores e produtores.

Terceiro, a questão de onde arranjar dinheiro para a operação. Hoje em dia, com o desenvolvimento estratégico e toda a tecnologia, nada mais fácil do que ter um canal de televisão. Daqui a dois anos, se quiserem, terão 300 em suas casas. As prefeituras mais sofisticadas têm seu canal interno através de algum tipo de sistema. Brasília, Blumenau, Londrina, Fortaleza, Pelotas têm. Não é mais problema abrir um canal. É fácil e barato. Caro é produzir um filme. Caríssimo.

Dado que a operação é extremamente complicada e cara, o que fizemos? Fizemos o que o mundo inteiro está fazendo: pegamos os programas que não foram concebidos educativamente e os transformamos em programas educacionais. Em Inglês diz-se que isso é reembulhar. Vocês verão que usaremos muito a Globo. Assim vamos ensinar Português com base nas novelas da Globo, Geografia com base no Globo Repórter. É uma forma de diminuir os custos.

O Prof. JORGE FERREIRA DA SILVA - Muito obrigado, professor. Com a palavra a Prof^a. Cleide Ramos.

A MULTIRIO

A Prof^a. CLEIDE RAMOS - Quando a Prefeitura do Rio de Janeiro se propõe repensar a cidade, reconhece e assume a sua responsabilidade junto à população, desencadeia uma ação integrada dos diferentes setores públicos e une esforços para que os diversos serviços oferecidos sejam disponibilizados com qualidade. Pelo menos acredito que esse é um esforço que, de alguma forma, a população do Rio vem recebendo nesses últimos anos, na tentativa de que os trabalhos dos órgãos municipais busquem qualidade e, portanto, prestem o melhor serviço.

Busca, também, a parceria com a

sociedade para, juntas, reconstruírem a cidade igualitária e solidária. Cria-se como que uma cumplicidade com as comunidades, que assumem a responsabilidade para com o seu próprio desenvolvimento e aprendem a conhecer e valorizar o papel da educação como meio de atingir objetivos sociais e melhores condições de vida para a sua população.

Este é o primeiro ponto que queria assinalar. Pensamos um trabalho educativo na Cidade do Rio de Janeiro. Portanto, somos uma empresa da cidade para a cidade. Nessa responsabilidade, misturam-se, inevitavelmente, as diversas instâncias da organização governamental - municipal, estadual, federal - e os diferentes poderes. Como tenho tempo marcado, preferi escrever alguma coisa mas, à medida que mostrar essas reflexões, farei alguns comentários adicionais, já tentando cruzá-los com o que Joaquim acabou de dizer.

A moderna atualização do Estado parte do reconhecimento da importância do indivíduo em suas múltiplas interações e apóia novas formas de organização, adotando, com essa atitude, uma nova concepção de gerência da cidade.

Essa concepção de gerenciamento remete a cidades como a nossa megalópole, com inúmeros problemas causados pelo crescimento urbano: violência, hostilidade, degradação das relações interpessoais, desconforto, solidão. Isso nos leva a esquecer, seguida-

mente, que a cidade é o espaço da civilização, da civilidade, da cidadania. É isso o que vêm buscar normalmente os que se transferem para as grandes cidades, fazendo com que o Brasil se tenha transformado num país urbano onde quase 80% da população vive em grandes cidades. A grande causa da degradação da vida urbana está, portanto, no despreparo com que a própria cidade e seus habitantes encaram o processo de crescimento e as modificações que a modernização impõe ao cotidiano.

O que fazer, então? Agarrar-se ao passado? Buscar uma imagem idílica de cidade, em que o atraso é confundido com felicidade? Sonhar com a fuga para um campo que mal existiu no Brasil? Ou encarar a realidade de uma cidade que se insere, inevitavelmente, na era da globalização da cultura e da informação, e transformar os novos recursos da mídia em recursos civilizatórios, integradores e educativos?

Toda grande cidade - e o Rio de Janeiro não escapa disso - é o espaço da circulação incessante. Circulação de pessoas, de imagens, de idéias, de símbolos. Nossa condição de cidade mestiça, litoral, multicultural, atraída pelo novo, historicamente cosmopolita nos torna aptos a receber o que de inovador existe em outros costumes, hábitos, moda e cultura. Recebemos, absorvemos, transformamos, criamos, então, o nosso. No momento de discussão sobre os múltiplos processos de globalização da economia, da informação, da

produção cultural, discutir o lugar que é possível ocupar na grande cidade é de algum modo discutir qual o lugar possível nesse universo globalizado. Na era do espetáculo, da imagem, das novas tecnologias, do império da mídia e do consumo, o grande desafio que se coloca é o de governar da cidade para todas as cidades e falar para esse conjunto de elementos tão diferentes. Neste sentido, a tecnologia midiática torna-se não mais uma ameaça, uma distorção, mas, bem ao contrário, um interlocutor privilegiado, um veículo de construção e organização da esfera pública.

Quando falamos em esfera pública, estamos falando da instituição da cidadania, da construção de uma opinião pública organizada, ou seja, da disponibilidade de o homem comum manifestar-se, constituir-se como interlocutor do poder público de forma organizada, dentro de normas sobre as quais ele deve também influir. A preocupação com a organização de uma esfera pública forte e manifestante é, sem dúvida alguma, uma das maiores expressões da democracia. Os meios de comunicação, contrariamente ao que pensam alguns apocalípticos, na verdade preconceituosos, são instrumentos particularmente importantes, facilitadores da ação pública. O próprio controle desses veículos deveria ser preocupação da opinião pública. Na cidade dos nossos dias, buscamos, obstinadamente, uma melhor qualidade de vida. Precisamos repor nossos estoques de

alegria, de esperança e não será de modo algum olhando para trás que encontraremos os caminhos para a organização desse instrumento de civilidade, condição da cidade. A qualidade de vida, como todos os outros conceitos de que tratamos aqui, não é uma condição solitária. Ela não se dá sem cumplicidade, acompanhando as pessoas, as trocas de saberes e sentimentos, a circulação de idéias, o conhecimento do outro. São as condições ambientais necessárias à sobrevida na grande cidade. As relações pessoais jamais serão substituídas. Delas depende, como dissemos, a felicidade. Mas, as redes de relações do novo cidadão não se circunscrevem mais à sua vizinhança, ao seu bairro. Se o homem moderno optou ou foi forçado a optar pela vida na cidade, é preciso que a ela como um todo se integre, que a conheça, para que possa discuti-la, questioná-la e transformá-la.

Nesse quadro de transições tão rápidas, a escola como a família e as instituições sociais não podem dar conta do presente se não estiverem decididamente atentas ao futuro. Entendendo-se a escola como o espaço de socialização e de construção do conhecimento, fica mais do que nunca evidente que ela não pode mais se fechar em seus mundos. A criança é um ator desse universo de circulação imediata de idéias ou usuária de novos instrumentos de transmissão de informação, habite em que parte da cidade for, disponha ou não das máquinas destinadas a veicu-

lar, de maneira mais rápida e eficiente, informações armazenadas.

Isso me faz pensar um dos dados do IBGE a que Falcão se referiu, quando se perguntava, na pesquisa, por que uma televisão e não uma geladeira e os respondentes diziam: "Ao abrir a televisão, tenho algo. Quando abro a geladeira, nada tenho". De alguma maneira há uma presença, queiramos ou não. Há cerca de três anos, quando discutíamos que as crianças de escola pública, as crianças de rua não teriam acesso a um computador, alguém dizia "Não é verdade. Vá à Rua Sete de Setembro, onde crianças com 7/8 anos estão vendendo placas para computador e explicando os seus usos como nós mesmos talvez não saibamos". Quer dizer, de alguma forma esse acesso chega até essas crianças.

Abriu, portanto, escolas administradas pelo poder público para esse mundo onde conhecimento, opinião, manifestações artísticas e culturais circulam com rapidez é tarefa democrática que não pode deixar de ser cumprida sob pena de condenarmos nossos jovens e crianças à condição de novos excluídos da organização social. Trazer o que existe em outros espaços é dever daqueles que podem ter acesso a essas novas tecnologias.

Qualquer proposta educativa para uma cidade não pode, neste momento, se eximir dessa tarefa integrativa que articule escola e cidade entre comunicação no interior da escola e para fora

dela. Não se pode mais excluir a reciprocidade dessa relação. A imagem do professor como herói solitário diante de sua turma, carente de informações, sem troca de opiniões, à espera de apoios que demoram a chegar, buscando por meios próprios e com muitas dificuldades inovações metodológicas, incentivos e estímulos à aprendizagem de seus alunos não deve ter lugar no futuro. Igualmente, a figura do aluno fechado no espaço limitado de sua escola, diante de formas artesanais de troca de informações, sonhando dali escapar para o universo tão mais atraente da imagem em movimento deve ser apagada. O afeto, a confiança, o saber específico do professor jamais serão substituídos, ao menos enquanto os seres humanos não forem substituídos por clones ou andróides. Professores e alunos estarão tão mais capacitados a enfrentar o que de inumano as máquinas têm a oferecer quanto melhor as conhecem, quanto mais competentes estejam na tarefa de colocá-las a serviço do homem no futuro, poupando, assim, tempo e energia para fruir os prazeres das grandes cidades.

É desejando ser intermediária da circulação de idéias, organizadora das informações que circulam pelo ciberespaço, veiculadora de saberes às vezes distantes do usuário e, sobretudo, instituir-se como fator democratizador do acesso a novas tecnologias e linguagens que a MultiRio vem trabalhando. É uma empresa da cidade para a cidade.

Na proposta de trabalho da MultiRio, em suas edições televisivas, uma peculiaridade está em pauta. Trata-se de um processo de emissão e recepção no interior de uma grande cidade, de uma megalópole do fim do século XX. Isso significa lidar com um desejo de modernidade, com uma sintonia com o que lhe é externo, aspecto cosmopolita, desde sempre característica do Rio de Janeiro. Mas significa, sobretudo, dirigir-se a um espaço de desigualdades onde o interesse por novas tecnologias e o fascínio pelo consumo convivem intimamente com a pobreza e a marginalidade.

Criada pela Prefeitura em outubro de 93, a MultiRio vem-se dedicando à utilização de novas tecnologias na escola, valendo-se de recursos da mídia impressa, televisiva e da informática. Tenta conciliar a mídia com o processo educacional e privilegia a relação cidade-educação que consideramos indispensável à construção de uma nova escola e uma nova sociedade. A empresa vem realizando uma experiência que foge das regras habituais. Coloca como ponto de partida a realidade dos alunos e seus educadores inserida no contexto da cidade e propicia um amplo debate sobre a educação para a sociedade. Se avaliarmos os dois primeiros anos de efetivo trabalho da MultiRio, eu afirmaria que os pontos altos desse trabalho, ao lado de inúmeras dificuldades a vencer, ao lado de inúmeros objetivos e metas ainda a conquistar, são esse enraizamento do nos-

so trabalho na cultura da cidade do Rio de Janeiro voltado para os seus problemas, essa íntima relação estabelecida com a cidade e a educação.

Eu diria que a apresentação de nossos programas em emissora aberta de televisão tem permitido à sociedade do Rio de Janeiro, de alguma forma, acompanhar o que se passa no interior da escola pública do Rio de Janeiro - cheia de dificuldades, porém cheia de muito esforço e muita realização também - e, o que é importante, conhecer o que se passa na formação dos seus filhos, dos seus futuros cidadãos. Em programas interativos, isso permite a intervenção, o questionamento através de telefonemas e faxes e a abertura de um diálogo com a sociedade. Esse, para mim, é um ponto alto ainda não suficientemente explorado devido aos horários que temos, mas que considero um ponto fundamental para qualquer trabalho que se faça com a escola e a televisão.

A nossa ação levou em conta as necessidades da rede de ensino, sobretudo a nossa ação muito inicial, que dizia respeito a uma rede de 1.033 escolas. Hoje com 25.000 professores e quase 700.000 alunos, o que nos orienta é a possibilidade de chegar até eles, de conversar com todos ao mesmo tempo, de buscar, portanto, no que o mundo moderno nos oferece, formas de resolver os problemas instalados nessa rede de ensino, e de buscar, também, atualizar essa escola e dar-lhe instrumentos para que possa oferecer uma

educação adequada ao mundo em que esses jovens vivem e irão viver.

Outro dado que levamos em consideração é a falta de professores na rede. Isso diminuiu bastante, mas de qualquer maneira temos problemas na origem. Ou seja, mesmo hoje nossas universidades não estão preparando, por razões que todos conhecemos, professores de Matemática, Ciências, em número suficiente. O Município faz concurso e não consegue atingir número suficiente para atender, como deveria, a todos os seus alunos.

Um dado igualmente importante é o resultado que temos da avaliação de repetência, - a evasão que atualmente é bastante baixa no Rio de Janeiro sobretudo de 5ª à 8ª série, feita pelo Saeb, que tem dado indicadores para reforço, inclusive, nos trabalhos televisivos.

A MultiRio trabalha em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação no que diz respeito à proposta pedagógica no interior da escola. Atualmente, vem também trabalhando com outras instâncias do Município - Saúde, Cultura, Esporte, Trânsito - a educação do cidadão e as repercussões no interior da escola. Nos últimos anos, o Município tem caminhado muito para um trabalho globalizado. Nos quatro anos do Governo César Maia a educação liderava esse processo. Hoje lidera o Grupo de Desenvolvimento Social, porque a idéia é realmente, na área social, fazer circuitos nas diferentes secretarias, nas lideranças. Isso tem permitido

que vários dos nossos programas possam trazer uma visão interdisciplinar, remetendo-nos à escola, quer dizer, de aluno de determinada família, de uma comunidade que precisa de saúde, esporte e lazer, e que comecemos uma ação mais intensa.

Agora a MultiRio está oferecendo programas no nível da escola para professores, programas interativos que discutem a proposta pedagógica e a utilização das novas tecnologias. Temos séries voltadas para as diferentes linguagens da educação. Oferece, também, programas para alunos, sobretudo para alunos da 5ª à 8ª série. Além disso, estamos lançando algumas séries dedicadas aos problemas dos jovens, que vão da saúde ao amor, à amizade, às questões da violência, com participação da juventude e discussão de especialistas nas áreas comportamental ou social que apontem valores, opções profissionais, e permitam toda uma reflexão, de maneira a recuperar referenciais de vida para a juventude. Mais, aproximar as gerações desta cidade, isto é, os adultos que possam compreender o que se está passando com os jovens e os jovens que possam também entender o porquê da ação dos adultos. Essas séries são recentes, mas as primeiras reações são animadoras.

Importante: não ministramos aulas pela televisão. Foi uma opção. Somos o instrumento na mão do professor em sala de aula. Portanto, oferecemos ao professor, no trabalho com os alunos, o

que chamamos de Arquivo História, Arquivo Geografia, Arquivo Ciências, aos quais podemos recorrer para conseguir o material para trabalhar com os alunos na construção do conhecimento. Buscamos, e aí com muito esforço, a interação das linguagens televisiva e educativa. É complicado, nem sempre é fácil, mas temos conseguido algumas conquistas. Com alguns professores que trabalham mais sistematicamente conosco temos vencido essas dificuldades. Acredito que avançamos bastante no equilíbrio dessas linguagens com a série de Português que lançamos este ano, sem prejudicar a linguagem televisiva nem subestimar a proposta educativa.

No trabalho televisivo, usamos diferentes linguagens, documentários, dramaturgia, animação, jornalismo, ficção. Usamos produtos internacionais com pós-produção para também amparar a questão de custo e tempo, porque os problemas são muitos e precisamos com certa rapidez colocar as informações à disposição da população.

Além da televisão, a MultiRio está fazendo toda uma introdução à informática e usa a mídia impressa através de jornais bimensais, para não só apresentar a nossa programação, como discutir os seus lançamentos. A informática é um trabalho que a Secretaria iniciou. Sentimos, porém, que precisávamos trabalhar com o professor os diferentes meios. Daí o CD-ROM e a Internet, onde temos um banco de da-

dos com mais de mil folhas tratando só de problemas da proposta educativa do Rio de Janeiro e que agora está trabalhando em História e Matemática. Estamos implementando o CD-ROM com jogos na área de Geometria para os alunos. Contamos, felizmente, com os professores dos 30 núcleos de mídia e educação responsáveis por expandir esse trabalho na cidade, que se vêm formando com nossos diferentes profissionais.

No mais, temos feito, no mínimo, três avaliações por ano da repercussão do nosso trabalho na rede de ensino. Há muito que construir, mas a avaliação que fechamos neste semestre mostra um crescimento por parte das escolas na organização de suas videotecas. Já temos 70% das 1.033 escolas, com videoteca mais organizada, a partir da nossa produção e de outros que lhes interessem.

A TV ESCOLA

A Prof.^a MINDÉ BADAUY DE MENEZES – Falarei um pouco do projeto TV Escola, do MEC. Como esta é uma oportunidade extremamente rica, reunindo pessoas com experiências tão diversas e com um trabalho de grande qualidade e importância para o país, tenho certeza de um diálogo bastante produtivo. No percurso da TV Escola, aliás, temos aproveitado as críticas e incorporado coisas muito importantes, fru-

tos de sugestões, estratégias e propostas colhidas no país inteiro. Temos tentado um diálogo com a comunidade acadêmica e os setores educacionais, no sentido de aproximar e montar um programa de interesse das escolas. Toda vez em que fazemos um projeto nacional, corremos riscos, por exemplo, de criar problemas com as questões da identidade. Os caminhos são extremamente difíceis, mas o MEC tem feito um trabalho permanente de pesquisa, diria que temos obtido resultados bastante interessantes.

O programa TV Escola não é algo engendrado de um momento para o outro. Vejo aqui muitos educadores com os quais participei do processo de formulação das diretrizes do Plano Decenal de Educação. O Plano como se sabe não foi, uma ação isolada no país, mas um projeto dos nove países mais populosos. Participei, ano passado, na Tailândia, de um programa com esses nove países e pude confirmar que é extremamente diferenciado o uso dos instrumentos. Nas recomendações da UNESCO para o Plano Decenal constavam, explicitamente, recomendações para programas de grande alcance que pudessem extrapolar do âmbito da educação formal para o âmbito da educação mais ampla, das práticas sociais a fim de atingir o público que não tem acesso à escola e é muito grande. No país, são 30 milhões de jovens e adultos analfabetos. Se computarmos o analfabeto funcional, acharemos uma taxa ainda maior.

A TV Escola nasce dentro desse programa. Provavelmente muitas perguntas estariam sendo feitas. "Mas, a TV Escola chega à escola formal?" Ela não extrapola o âmbito da instituição escolar e talvez os seus objetivos possam explicar. O MEC optou por linhas de ação que pudessem impedir o acréscimo de novos jovens e adultos analfabetos. Estes foram excluídos da escola, de um modo geral. Passaram cinco anos na escola e foram excluídos porque não conseguiram ser bem sucedidos. As nossas escolas têm dificuldade de ver a realidade desses alunos. Agora, há pouco, pusemos, num documento do MEC, uma carta que o Sr. Ministro recebeu de uma criança da Bahia, que é um apelo às autoridades. Ela perguntava ao Ministro o que poderia fazer para a sua escola. "Quero que o senhor me diga o que posso fazer, o que minha escola e meu professor podem fazer. Não consigo passar de série. Trabalho no cafezinho, opero bem com números, faço o troco mas não consigo ser aprovado em Matemática em minha escola". É uma problemática muito grave que quem trabalha com escola conhece, essa dificuldade de incorporar como se aprende, o que se aprende, o que essa criança acumulou na sua história de vida. Reconheço que isso é extremamente importante, temos feito um trabalho muito grande no programa TV Escola no sentido de sensibilizar o professor para a leitura da historicidade dessa criança. Essa criança tem origem, tem história, traz um aprendizado. Que aprendiza-

do é esse? Será que a escola não poderia começar desse aprendizado e formalizar a partir daí? Esses desafios estavam conosco no início da TV Escola.

A TV Escola nasce, então, com o objetivo principal de ser um programa de formação contínua de professores. Não tivemos fôlego para agüentar um programa inicial de quatro horas. Passamos para três horas. O objetivo da TV Escola era a realimentação das práticas, do conteúdo, das metodologias e até mesmo da reflexão sobre avaliação. Como avalio o meu aluno? O que proponho para o meu programa? Será que minha avaliação é pertinente ao programa desenvolvido? Se pegarmos uma prova de Matemática de dez questões numa escola simples, oito questões se referem ao mesmo tipo de raciocínio. Por isso ela não dá conta de avaliar as multifaces da inteligência, os seus vários aspectos.

Nessa linha de trabalho, toda a produção e a parte da pesquisa e a pós-produção estão dirigidas pela escolha e produção de materiais que possam dar respostas às questões verificadas, em que o desempenho do professor e do aluno são mais precários. Foram utilizados dados muito interessantes e ruins. Interessantes no sentido de terem muita precisão, terem evidências. Dados da pesquisa de avaliação nacional feita nos anos de 93 e 95 indicavam as séries de maior índice de reprovação e dificuldades fundamentalmente na língua. Até dificuldades na Matemática

foram identificadas como decorrentes das dificuldades de compreensão dos enunciados das sentenças matemáticas.

Nessa perspectiva, conseqüentemente, é que o programa foi orientado, e por isso inclui uma linha de programas de apoio à sala de aula. A pesquisa que estamos acabando de concluir com o Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Unicamp traz dados muito interessantes. Surpreendente, para nós, por exemplo, o uso da TV Escola é maior na sala de aula do que na capacitação dos professores. Quer dizer, a escola ainda não organiza esse espaço em que o professor usa vídeos de Língua Portuguesa, assiste, faz o seu planejamento, monta sua estratégia de trabalho. Mas vemos que existe uma apropriação incrível em algumas regiões e escolas, o que é algo magnífico e em que dá para apostar. Dr. Falcão, pelos dados indicadores acho que temos um outro público.

O programa passou, evidentemente, por fases muito complicadas, apesar de eu poder dizer que ele não tem tempo histórico. Um programa de um ano e meio em caráter efetivo não tem tempo histórico para uma boa inserção. Mas temos evidências interessantes que, de certa forma, realimentam nossas diretrizes do ponto de vista da aquisição, do ponto de vista da formulação. Por exemplo, pode ser que tenha muita fala, e que provavelmente devesse ter mais imagens, mais situações.

O programa é de enorme magni-

tude. Temos, contudo, uma parte da rede prevista a ser ainda instalada. Faltam 8.000 kits para completar o que foi planejado e levar a televisão a 52.000 escolas com mais de 100 alunos, uma parte das quais na zona rural. Lamentavelmente, o MEC teve que optar por um corte para distribuir esse equipamento, sob pena não só de não ter o uso pleno do equipamento, mas de inviabilizar a inclusão exatamente das escolas de zona rural, que hoje abrigam 2,5% dos alunos. Do ponto de vista numérico, isso pode não ter significado. Porém, do ponto de vista político, prejudica exatamente as unidades já deficientes, as escolas rurais, as escolas multisseriadas, as escolas que não têm sala própria, que não têm sede própria, que não têm banheiro.

Hoje, o projeto está instalado em 42.000 escolas. Nesse corte, tínhamos o pressuposto de garantir a cobertura das escolas urbanas, portanto ligadas à rede de energia elétrica etc. Mas houve enormes surpresas. A diretora ligava, "Professora, o equipamento chegou, a escola não tem energia elétrica. O que faço? Ponho-o em outra?". "A senhora pode fazê-lo, mas eu não o faria sem chamar a população e explicar que o equipamento chegou, que a escola não está ligada à rede de energia elétrica, etc". Ficávamos surpresos quando mais tarde, devolviam a ligação e informavam: "Ficou aqui mesmo porque a população foi ao prefeito e ele fez a ligação. Mais do que isso, trouxe o banheiro, trouxe outros benefícios". É interes-

sante vemos, inclusive, os subprodutos como coisas inesperadas com que as escolas passaram a contar em virtude do benefício produzido por ganharem o equipamento. Por exemplo, uma escola coberta de palha, com antena parabólica. Aliás, numa das revistas da TV Escola colocamos esse fato. Outro exemplo é o dos Secretários de Educação que lançam mão dessa rede, põem programas, falam diretamente com os municípios. O Pará fez todo um projeto de carreira com base em discussões nessa rede, que chega a mais de mil escolas. Como se vê, de repente, isso está sendo apropriado de maneira muito interessante, seja do ponto de vista didático do programa especificamente, seja do ponto de vista do próprio programa pedagógico das Secretarias de Educação. Santa Catarina faz uso esplêndido, e usa a rede para a capacitação de professores com titulação. A Bahia, hoje, serve-se também dessa rede.

No entanto, há muitos desafios a vencer ainda. Que tipos de desafios? Primeiro manter o programa. Mais do que isso, apropriar o programa. Em segundo lugar, de que maneira fazer com que esse programa seja estendido a toda a rede pública brasileira, especialmente nas regiões mais carentes? Por exemplo, as comunidades indígenas. Dei um curso em Manaus e vi um índio que havia viajado três dias de barco para assistir às aulas. Ele dizia "Mas quero o equipamento". Nas escolas indígenas, nenhuma tem mais de 100 alu-

nos. O corte é complicado. Também excluímos as escolas especiais porque elas funcionam com 50 alunos. E têm que funcionar assim, pois não podem ter mais do que esse número de alunos.

Há, portanto, correções enormes a serem feitas. Nem mencionei a produção. Temos problemas imensos. Contudo, o programa está aí. Ele investe num aspecto extremamente produtivo, profícuo, fértil, eu diria até pedagógico esperançoso, do ponto de vista de que investe na auto-estima do professor. É um programa para o professor. Às vezes, o professor não se entende como alguém que está recebendo o programa, e diz: "Mas vou ter mais trabalho. Tenho que ver a fita antes, tenho que gravar e não sei gravar". No primeiro ano, organizamos grupos de estudantes universitários para fazer a capacitação ou para domínio operacional da máquina. É muito interessante saber que 90% da população tem acesso à televisão mas não se consegue encontrar nem jovens universitários para usar a máquina. Tivemos que treiná-los. Esses jovens tinham dificuldades de gravar, programar. Trabalhávamos pressupondo uma cultura televisiva videográfica, que aliás, aparece na leitura de muitos materiais. É o caso da pesquisa que a CESGRANRIO acaba de entregar-nos. Tem evidências muito interessantes, fala de leituras dos vídeos com mediações inesperadas com apropriações de outros instrumentos. Os professores também dizem "Tenho medo de quebrar a máquina". Estamos, então, montando uma

propaganda do tipo feito pela IBM para a questão do computador: a mão de uma criança usando o mouse do computador, mostrando desinibição. Estamos organizando um processo de desinibição das pessoas para o uso desse aparelho.

Gostaria de destacar, neste ponto, alguns dados bastante interessantes. Numa pesquisa feita em 96, assim que o programa foi implantado queríamos saber se as pessoas instalaram os equipamentos, se ligaram, se não ligaram, o por quê. Na primeira coleta de dados descobrimos que o importante da pesquisa era ir à escola e ligar o equipamento. Ligávamos e as pessoas diziam: "Mas é esse o programa?". Um programa de três horas, que inclui o "Um Salto para o Futuro", que já é uma referência. As regiões onde temos professores capacitados pelo "Salto", as escolas fazem excelente uso. Uma pessoa passa pelo "Salto" muda completamente a questão da adesão da escola ao programa. Atualmente, estamos fazendo duas pesquisas também com função indutora. Na Unicamp fizemos pesquisa em 5.000 municípios. As análises ainda não estão completas, mas darão indicações interessantes. Essa pesquisa avalia projetos de descentralização do MEC, com o projeto de merenda escolar, o projeto do dinheiro na escola, e a própria escola. Acreditamos que a escola que usa bem o dinheiro, que tem um bom programa de merenda também utiliza bem o programa TV Escola.

Dessa capacidade instalada, 77% de escolas usam o equipamento diferentemente. Esses 77% incluem escolas com usos diferenciados e, portanto, com gravação diferenciada. Usam e gravam uma vez por semana ou uma vez em 15 dias, ou todos os dias. Vamos achar, portanto, desde escolas que gravaram todos os programas até outras que gravam de dois em dois meses, em baixa rotação porque não têm fitas.

Encontramos o pior desempenho nas regiões mais pobres, onde o instrumental provavelmente seja mais importante, principalmente no Nordeste. Na rede municipal o diálogo é difícil. Dialogamos bem com a rede estadual, temos "links", temos pessoas que respondem pelo programa. Isso não acontece com a rede municipal. É muito complicada essa relação. A Unicef, num projeto com a UNDIME, está construindo uma rede para chegar mais facilmente aos municípios. Nossos dados indicam que 60% dessas escolas estão utilizando o programa. Esse é um número muito animador, considerando que não tínhamos indicadores além de 25% no ano de 96. Isso evidencia que, à medida que as pessoas dominam o medo da máquina, ela se torna um instrumento importante. Em algumas regiões as pessoas perguntavam: "Vocês vêm dar curso?". Uma vez um prefeito ligou-me de uma região até bem próspera: "Professora, o MEC deu equipamento para a metade das escolas municipais. Coloquei no resto, gastei um dinheiro enorme. Está tudo ligado há quinze dias e

nenhum equipamento está funcionando". Perguntei: "Está guardado?". "Está muito bem guardado". "Então coloque na sala e consulte se há criança que possa ligar". Três dias depois ele me ligou morrendo de rir: "Professora, está tudo funcionando". Isso, sem dúvidas, faz parte do trabalho de desinibição.

A pesquisa que a CESGRANRIO nos está nos entregando é uma pesquisa de avaliação de impacto. Seleccionamos uma amostra de escolas que "fazem bom uso" e procuramos descobrir por que elas fazem bom uso, a intencionalidade, se é programado, planejado. A Língua Portuguesa é eixo transversal. Todas as pessoas que a estudam fazem uma composição coletiva, uma leitura coletiva.

Há dados muito positivos, mas há outros que evidenciam que, em algumas escolas, a máquina sai, vai ao refeitório, vai à sala dos professores, etc. Em algumas escolas dizem: "Não instalei porque não tenho sala própria". Eu levava a fotografia de uma escola de zona rural que só tem uma sala cujo equipamento está instalado nessa única sala. "Grava em que horário?". "Na hora em que as crianças estão em aula".

Também tivemos muita dificuldade até que as pessoas entendessem que o nosso programa não era para as pessoas se sentarem à frente da televisão ou para colocar em sala de aula. Seria gravado. Começamos a fazer uma grade de programação grande. Mandamos colocar até nas igrejas. E muita escola

foi induzida a usar porque os pais viam o material na porta da igreja e diziam: "Está faltando professor, por que não usa a televisão?".

Sobre essas pesquisas todas chegam cartas muito interessantes. A carta de uma criança revelava que preferia a TV Escola porque ela sentia que havia um diálogo próprio com ela. A criança se sentia muito respeitada, valorizada porque era uma televisão para ela. Esse foi um dado muito estimulante.

Finalmente, temos a linha direta, uma revista que sai de dois em dois meses. Foi uma coisa incrível fazer uma lista de endereçamento das escolas brasileiras. Até hoje há devolução. É incrível manter um programa em que o custo do correio é mais alto do que o da revista. A remessa da revista custa R\$ 0,39 e o custo de sua impressão é de apenas R\$ 0,33.

Paralelamente, temos feito um trabalho diuturno de divulgação. Nesta semana compareceremos ao encontro dos Prefeitos e Secretários de Educação do Nordeste. Levaremos stands, demonstrações etc., fazendo um trabalho de indução, com certeza. À medida que identificamos onde está mais frágil, em que fazemos um trabalho mais de perto, imediatamente temos respostas muito positivas. Ou seja, há adesão. A questão é do domínio, saber o que vem pelo programa, o que o programa tem.

Há enorme esforço para a manutenção de um programa como esse, alívio dos aparelhos de televisão, pois ele

está instruído de materiais impressos e cadernos didáticos. Agora, estamos iniciando uma série de estudos que vai trabalhar um pouco a questão da linguagem, instrumentalizando mais o professor a trabalhar com esse recurso.

O Prof. JORGE FERREIRA DA SILVA – Obrigado, Prof^o Mindé. Até este momento foram apresentados três casos: o caso do Canal Futura, um pouco da experiência do Telecurso e outras atividades da Rede Globo; o caso da MultiRio; e, agora, o caso da TV. Passemos, agora, à exposição da Prof^a. Marlene Blois.

O QUE É TELEVISÃO EDUCATIVA

A Prof^a. MARLENE MONTEZI BLOIS - Estamos sempre participando de encontros como este sobre mídia, educação e televisão. No caso de televisão, já conheço a experiência da TV Escola. Ouvei Mindé no outro dia. Cleide, também, e posso até dar o meu depoimento por ter participado recentemente do programa ao vivo, coordenado por ela, transmitido pela TV Bandeirantes. Aliás, nesse programa muitas perguntas acontecem e é pena, Cleide, que o tempo de debate seja pequeno. Após comparecer ao programa, recebi da turma da universidade perguntas que não foram

respondidas no programa. O ponto positivo é a fantástica interatividade criada nesse programa da MultiRio. Penso que deveriam pensar em como dobrar isso para uma interatividade mais efetiva. Isso é importante porque senti na pele. Havia muitas perguntas e o tempo foi pouco para que as três pessoas respondessem.

Quando pensamos em qualquer veículo aberto de massas como televisão, rádio, - não vou, aqui, me referir às tecnologias da informação que estão chegando agora - temos que pensar que o imaginário e a criação do meio não visam educar ninguém. A finalidade é outra e foram implantados assim. Dentro do imaginário das pessoas, televisão é para entretenimento, informar, assistir futebol, shows, é para ver essas coisas. Por isso tem ficado difícil a utilização do meio televisivo para fins exclusivamente de educação. Nessa perspectiva, educação que vimos é a educação que todos tivemos, a educação escolar, com todos trancafiados numa sala, com currículos fechados e alguém que passe um conjunto de informações. Tem sido esse o erro do uso educativo da televisão e do rádio.

Podemos retroceder um pouco no tempo. Não sou das pessoas que gostam de olhar os idos de cerca de mil e novecentos. Penso que temos que centrar-nos no hoje, com alguma experiência, e não incorrer em alguns erros que todos já cometemos ou não considerá-los erros porque num determinado tempo ou espaço era adequada

do àquele tipo de utilização daquela forma. Hoje o mundo cresceu, o mundo é outro, as perspectivas são outras e essa televisão que se quer educativa não precisa ser uma TVE. Ela pode ser uma tevê que tenha propostas de cidadania embutidas em sua programação.

Voltando ao rádio, a Rádio Globo adotou uma espécie de código de ética para seus comunicadores e alguns estão reclamando. Isso está acontecendo e, às vezes, vem de cima para baixo. Quando não vem de cima para baixo, nem do interior do veículo, da sua gerência, começa a vir de fora. É aí que o dono da emissora sente, no momento em que o segmento de público para o qual ele trabalha reclama e ele perde audiência. É aí que ele percebe que determinadas coisas não estão indo bem.

No caso de televisão especificamente para fins educativos, temos tido exemplos fantásticos da tevê comercial fazendo televisão educativa. A tevê a cabo também faz isso. Temos uma tevê excelente, dedicada ao homem do campo. Quem já viu o Canal Rural, sabe que é uma aula todo o tempo, sem complicações porque eles não devem recorrer a todos os recursos que a Rede Globo ou a Rede Bandeirantes têm com suas produções. Esse é um tipo de educação no sentido mais lato que se pode fazer através de um veículo aberto.

Isso que a TV Futura vai fazer, a partir de setembro, já é alguma coisa diferente. Ela vai estar disponível para

todos, terá uma grade, é uma preocupação educativa. Educativa, no sentido mais fechado. Não é a preocupação do Canal Rural, mas ambos os canais farão educação, ambos trabalharão com a questão da cidadania. Esperamos que haja pouca importação de vídeos estrangeiros e que se trabalhe um pouco mais com a nossa realidade, pois isso é que é importante. Não se trata de fechar-nos para o que está acontecendo lá fora, porque nesta sociedade globalizada, em que queremos que repense com visão planetária, com as pessoas entendendo que mundo é este em que estão vivendo, nem o homem do campo pode mais ser alguém fechado em seu município. Contudo, ele não pode esquecer suas raízes. A questão da diversidade cultural é a coisa mais extraordinária que existe nesses grandes meios. É isso o que nunca podemos perder de vista.

Enquanto a televisão tem um forte apelo e uma proposta urbana - a televisão nasce urbana, passa as questões urbanas e impõe essa realidade urbana para um meio que não é urbano -, não vai ser respeitada a diversidade cultural. É esse o ponto mais crítico e o problema mais sério do uso da televisão para fins educativos, no caso das redes abertas. Enquanto o rádio, por exemplo, tem forte apelo interiorano e perspectivas interioranas, precisamos fazer sempre esse link entre os veículos que temos para transformar, para buscar comportamentos novos numa sociedade em transformação e em que a

escola não está dando conta de suas novas responsabilidades. A escola e seus professores estão completamente defasados de tudo isso, a escola está de costas para a evolução da tecnologia, os professores não usam esse aparato tecnológico.

Essa tem sido uma preocupação constante para nós, como especialistas de tecnologia educacional: como o professor não passou por tudo isso, ele não vê esses meios como instrumentos de educação. Quando muito, confunde televisão com vídeo educativo. Vídeo educativo é uma coisa, televisão, outra. A forma de produção, é outra, a forma de utilização - outra e a forma de exploração - completamente diferente. Assim, quando o professor grava os programas para depois utilizá-los em sua aula, o que ele está fazendo não é, digamos, educação à distância, mas apenas o emprego de um recurso tecnológico na sua prática pedagógica. Só que a coisa começa errada de longe. As escolas de formação de professores não incorporam essa disciplina em seus currículos, Os cursos de pedagogia viram as costas para a questão da tecnologia. Pelo menos, de modo geral.

Quando sou convidada pela Faculdade de Educação da UFRJ, por exemplo, para dar uma palestra sobre mídia e educação, enche-se o auditório e há maior atenção. Por quê? Porque, na estrutura curricular, isso não está sendo incluído. Não é só a questão da leitura crítica, já foi tão levantada e nun-

ca passou de discurso. É uma coisa mais revolucionária que se tem que fazer se queremos mudar as escolas. É instrumentalizar o professor para que saiba levar o aluno a ler o que está chegando a ele. Aí há viés político, viés ideológico, vieses de toda a natureza. Não adianta dizer que não tem cor política porque até a omissão já passa a ser uma cor ideológica. Se não quero saber nada disso, então quem sou?

A leitura crítica do meio tem que anteceder à utilização do meio na escola. Cabe-nos, então, trabalhar com os benditos professores, que não têm culpa de chegar à prática profissional sem estarem instrumentalizados e atualizados o suficiente para o que está "rolando" em torno de si e para, realmente, utilizar o aparato tecnológico em toda a sua plenitude. Temos agora, por exemplo, nos municípios onde há TVA, Net etc., um canal à disposição das Secretarias de Educação, um canal para ser utilizado pelas universidades. Mas tanto as universidades quanto as Secretarias estão completamente impotentes e despreparadas para utilizá-los. No Rio, estamos discutindo há mais de um ano. Ninguém chegou a um acordo no meio universitário, e o canal está lá. Será que não é preciso fazer algo? Será que importantes universidades brasileiras sediadas neste espaço não têm alguma contribuição a dar utilizando um canal a cabo específico. Não é a universidade fazer seu trabalho seguindo um discurso voltado para si mesma, mas, sim, de olhar para fora num trabalho bas-

tante grande de extensão? Nada acontece. Sabem por quê? Porque as universidades não sabem o que fazer ou dizer para esta sociedade através destes poderosos meios de comunicação, e isso porque não vive a experiência internamente. Não adianta nós, de comunicação, repetirmos isso internamente; se os demais colegas não acordarem para isso. Ou será que o corporativismo passa por aí? Acho que teríamos que pensar a TV sendo utilizada numa proposta educativa, ou a TV aberta - e aí vemos a TV aberta e, mais especificamente, a TV segmentada, no caso da TV a cabo - e a TV especificamente voltada para uma educação, que se faça presente assim. Ou essa educação se faz aberta ou se direciona para determinados públicos, com possibilidade de avaliação etc., polímero das teleconferências, por exemplo.

Deixarei como mensagem para vocês a minha inquietação de que para que mudemos tudo isso precisamos ir fundo às escolas que formam profissionais de educação, seja em nível de ensino médio, seja em nível de ensino superior. Caso contrário, nada vai mudar porque a base não sabe o que fazer com esses meios ou continuar pensando que televisão, rádio e jornal são para informar ou entreter.

O Prof. JORGE FERREIRA DA SILVA -
Passemos, agora, ao Prof. José Marques.

A FORMAÇÃO DOS FORMADORES E A PRODUÇÃO DE TELEVISÃO EDUCATIVA

O Prof. JOSÉ MARQUES DE MELO - Farei minha intervenção retomando algumas questões. Marlene deu a pauta para a discussão. Estava ouvindo aqui os casos - são muito interessantes -, mas completamente assustado diante dos relatos. Assustado duplamente. Por um lado, vendo que, a partir do Município do Rio de Janeiro, ou a partir do Ministério da Educação, a escola começa a cercar-se das tecnologias comunicacionais que lhe dão um sentido educativo. Por outro lado, a bela apresentação da Fundação Roberto Marinho, sobre o canal educativo que será implantado a partir de setembro. São experiências alvissareiras, que mostram possibilidades de uso dos meios de comunicação, particularmente da televisão, para finalidade educativa. Por outro lado, dessa maneira estamos, no Brasil, caminhando para a extinção da escola. Se isso acontecer, quem ensinará o povo brasileiro?

O relato do Canal Futura é interessante. Sou fã da TV Globo. Diferentemente de muitas pessoas que acham que a Globo é o mal do Brasil, acho que, felizmente, ainda existe a Televisão Globo e outros canais abertos que, de alguma maneira, preparam uma programação de qualidade e merecem a

sintonização dos telespectadores. Mas isso não é o suficiente para educar a população porque apenas supre as deficiências da escola. Entram agora os aparatos governamentais a também usar a televisão com essa finalidade. No caso da programação do Canal da Globo, vemos que reiterará aquilo que já faz na televisão aberta. Quer dizer, dará aulas usando aquilo que já ensina normalmente. Do ponto de vista educativo é bom só no sentido de reiterar. Vejam, estou analisando do ponto de vista formal, sem entrar no conteúdo.

No caso da TV Escola e da MultiRio, o que me assustava era o fato de as escolas não terem professores, e estes, então serem substituídos pela televisão. Talvez não seja uma só, não generalizada, mas esse perigo é plausível. Mas o relato também indicava que, no fundo, a televisão estava oferecendo - e isso é importante - um estoque de outro tipo de material, logo usado como motivador.

Numa reflexão mais ampla, temos de reconhecer o fato de que, na verdade, quem educa a população brasileira hoje é a televisão. Essa deserção da escola, o fato de termos 30 milhões de analfabetos e um tanto de analfabetos funcionais, o fato de poucos chegarem ao cume da pirâmide educacional mostra que, fora de dúvida, quem está educando a população brasileira é a televisão. É isso o que me preocupa como comunicador.

Em uma pesquisa sobre atos cultu-

rais do paulistano, aparece uma série de coisas interessantes: 88% da população da Cidade de São Paulo assiste televisão. Desses, 66% preferem a Globo, 31% - as telenovelas, 24% - os telejornais, 83% ouvem rádio, 57% dizem que lêem revistas, 68% lêem jornais, e assim por diante. A lista das preferências mostra que a população se educa através da mídia, ou seja, através da televisão e da leitura de jornais. Como encarar o fato de, como disse Marlene muito bem, a escola continuar de costas para a mídia e para a televisão em particular? Estou falando principalmente do professor. Há exceções, mas a regra ainda é aquela situação apocalíptica diante da mídia. Até mesmo por culpa da universidade, durante o regime militar, diante desse aparato ainda muito novo no país, e disseminamos um padrão de análise assustador em relação ao papel maléfico da mídia e da televisão em particular. Conseqüentemente, o professorado de meia-idade ou, mesmo, jovem tem uma visão apocalíptica em relação a esses meios, e o número de pesquisas demonstra isso.

Na medida em que está de costas, e não está fazendo aquilo que seria fundamental, que era retomar o conteúdo dessa mídia, isso poderia estar gerando aquilo que esperaríamos do lado de cá da comunicação, que seria um comportamento de cidadãos consumidores da mídia. No caso da televisão, ela é hegemônica nos atos de consumo. O que vejo do lado de cá? Vejo que o Brasil

avançou muito bem no campo das comunicações de massa, ampliou a rede instalada, produz com qualidade razoável, mas o faz com baixíssimo nível cultural. Basta fazer uma análise dos jornais, das revistas e da televisão. A televisão, por exemplo, é belíssima do ponto de vista plástico e péssima do ponto de vista cultural.

Perguntaria: qual reação temos tido? Primeiro, a universidade não está pesquisando, não está contribuindo para a análise construtiva do que está circulando aí. Segundo, as pesquisas feitas têm simples finalidade instrumental: quantos recebem, como está instalado, etc. Mas qual o impacto da televisão aberta ou desses programas que estão começando? Qual o seu efeito de ensino-aprendizagem? Quase não há. E, para cúmulo, boa parte da pesquisa que conheço na fronteira entre educação e comunicação é enviesada, extremamente ideológica e pouco tem contribuído para melhorar o desempenho daqueles que formam os formadores.

Chego aqui ao ponto em que queria concentrar minha atenção. Temos um problema sério neste país: o fato de as Faculdades de Educação continuarem formando educadores pré-Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Em suas obras de sociologia educativa, Fernando de Azevedo, já nos idos de 30, chamava a atenção para o papel importante que teria a mídia na formação dos professores. Voltei a reler o belo prefácio de Anísio Teixeira em que dizia, em 1969, que aí é que está o desafio para o edu-

gador. Se o educador não se conscientizar que vivemos hoje numa escola sem paredes, ele não vai cumprir bem o seu papel.

O que acontece na universidade? Acontece que as Faculdades de Pedagogia não formam formadores para compreenderem essa realidade e as escolas de Comunicação, por sua vez, não dão atenção aos aspectos comunicacionais e culturais. Há exceções, um ou outro programa, aqui e ali, que se preocupam, mas isso não impregna a malha da formação dos formadores.

E as Escolas de Comunicação, onde atuei ou venho atuando ignoram completamente os conteúdos educacionais e culturais daqueles que produzem. Existe uma dupla vertente nas escolas de comunicação: por um lado, os apocalípticos, que ficam imaginando que tudo é artimanha do imperialismo e de outro, os que pensam que é artimanha do comunismo. Ou, então, temos aqueles que se preocupam simplesmente com o belo desempenho técnico.

Temos hoje cerca de 360 cursos de comunicação. Estes cursos absolutamente não se preocupam com as questões culturais e educacionais. Quando Falcão descreveu, há pouco, aquele conflito entre professores e produtores, mostrou o despreparo de ambos e sua incapacidade de diálogo. Os produtores não têm capacidade de dialogar com os professores e estes não têm capacidade de dialogar com os comuni-

cadores. Os professores são especialistas e competentes em conteúdo, mas não sabem como transmitir. Televisão é imagem e movimento. É preciso colocar tudo isso com pouco teor discursivo, é preciso transformar o conteúdo em imagem e movimento, caso contrário as pessoas não se interessam. Essa é a questão central desse dilema que vivemos em relação à mídia na educação, enquanto não houver, da universidade uma mudança de comportamento ou até fazermos isso fora, se a universidade for deixada de lado.

Radialismo, televisão e multimídia são os cursos para formar produtores, onde nada há especificamente sobre a programação de natureza cultural educativa. Mesmo no caso do jornalismo, que faz boa parte da programação informativa, há um absoluto descaso em relação à qualidade da informação. Na semana passada, a Folha de São Paulo publicava mais um daqueles seus manifestos, dizendo o que faria daqui por diante; a Folha finalmente descobriu que a informação que publica é superficial, parece que fátual, atomizada, não leva a nada. Quem vai produzir esta nova informação se não estamos formando esse tipo de formador? Acho que se poderia desencadear uma ação no sentido de conduzir ao diálogo nos centros de formação dos formadores. Se não mudarmos essa atitude, continuaremos desvinculados desse contexto e o MEC, as prefeituras, outras organizações vão produzir diretamente.

Por outro lado, precisamos do respaldo de pesquisas sistemáticas, capazes de medir reações. A literatura internacional está cheia de medição dessas experiências, dessa análise do impacto. Mas não temos feito nada disso. Sem conhecer experiências como essas em profundidade do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista cultural e do ponto de vista comunicacional, não vamos avançar.

O Prof. JORGE FERREIRA DA SILVA – Obrigado, Prof. José Marques. Creio que agora encerraremos o nosso quadro de considerações com a apresentação de Edgar Flexa Ribeiro.

A RESISTÊNCIA DA ESCOLA À TELEVISÃO

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO – Vejo-me aqui como telespectador. Os pontos básicos já foram bastante ventilados. Espero não tomar muito tempo, mas a tentação de dar palpites é quase irresistível. Na verdade, ouvimos aqui vários tipos de abordagens possíveis. Faltou precisar um pouco mais qual é a questão. Já sabíamos algumas respostas. A questão é se sabemos todas as perguntas. Por que isso? Há uma crise do saber no mundo contemporâneo. O saber está crescendo mais rapidamente do que passam as gerações. Hoje não dá mais para, de uma só vez, formar

um professor. Ao longo de uma vida profissional, o professor tem que formar-se duas ou três vezes. Esse já é um problema bastante sério, que se agrava no Brasil quando, na hora de formar, se continua repetindo o erro antigo. Hoje, devemos estar mais empenhados em reciclar o professor do que em formá-lo bem. De fato, estamos conformando um futuro de recicladores muito promissor no Brasil. É mais negócio dedicar-se à reciclarem-se professores. Nunca faltará professor para reciclar porque eles estão-se formando erradamente. Este é o primeiro problema a ser acrescentado aos anteriormente levantados pelos colegas.

O segundo problema é a superposição, no Brasil, dessa explosão do saber a dois outros fenômenos. Quero me referir à urbanização, à chegada às cidades de grandes contingentes demográficos numa velocidade vertiginosa e, conseqüentemente, à necessidade de absorção desse contingente pela escola. Não que a escola queira absorvê-los; é que uma vez urbanizados, batem à porta das escolas.

Outro ponto: a televisão que, com mais velocidade talvez que o rádio, começou a ser um agente educacional. Não sei se está educando de acordo com o que cada um de nós possa pensar que se deva, mas certamente educa. E educa até melhor e mais competentemente do que a própria escola. No meio de tudo, temos que admitir que a televisão educou e informou concreta-

mente camadas da população que não conseguiam ser aprovadas porque não conseguiam passar na prova de Matemática. O garoto era reprovado na escola, mas aprendia na televisão, porque esta tinha para dar, tinha o que oferecer. Dizer "Bem, agora vou inverter esse processo, vou continuar com a escola que sempre tive e o professor que sempre tive, e vou mobilizar a televisão para educar o aluno" é mais complicado e solitário.

Lembro, quando era garoto, de um jornal do Rio de Janeiro chamado Diário de Notícias que fez uma grande campanha contra as histórias em quadrinhos porque elas corromperiam a juventude brasileira. Houve um caso sério de um garoto que pulou da janela pensando que voaria como o Super-Homem e, evidentemente, morreu. Isso foi pretexto para quererem acabar com as histórias em quadrinhos no Brasil.

Não é muito diferente hoje. A cada vez que surge uma coisa nova, a escola brasileira reage. Ela reage, primeiro, querendo proibir que surja; segundo, fazendo de conta que não existe; terceiro, tentando absorver, para derrotar dentro. A escola brasileira derrotou sucessivamente o epidiascópio, o projetor de slides, o gravador de fita, o vídeo-tape, a televisão e já está pronta para destroçar o computador. Nós mal conseguimos trabalhar com um livro didático. Somos bons de giz, este é o recurso didático absolutamente consagrado na prática didática brasileira. Per-

doem-me se estou sendo cético, descrente.

Acho que a escola mundialmente está numa crise. Não há escola que esteja fora de crise. Mas, a escola brasileira tem crises internacionais e suas próprias não resolvidas e eternas crises, que eram as mesmas quando Anísio escreveu o prefácio em 69, mas eram também as mesmas de 30, quando Roquete Pinto queria porque queria usar rádio para ajudar os professores a ensinar e não conseguiu. Virou repartição pública; a Rádio Roquete Pinto, coitada. Edgar Roquete Pinto fez o que pôde "pela cultura dos que vivem em nossa terra e pela grandeza do Brasil". Era o símbolo, era o slogan da Rádio Roquete Pinto. Isso na década de 30! O Serviço de Cinema Educativo do MEC chegou igualmente a ser um primor. Embolou tudo.

A crise da escola brasileira é muito grave e profunda. Não conseguimos sequer estabelecer um patamar consensual mínimo que permita a todos trabalharem consistentemente por algum período de tempo. É necessário que haja um desses dilúvios saneadores, que costumamos chamar de Reforma do Ensino. Chegam, prometem uma enchente, inundação, explodem tudo e começam tudo novamente. Estamos permanentemente na função do reflorestador que se dedica, primeiro ao pinheiral; com um ano e meio de crescimento, desiste, corta tudo para fazer obra; dois anos depois, planta jequitibá; em 150 anos continua sendo uma floresta com 1,5m

de altura porque não deu tempo de a árvore crescer para se saber o que aconteceu. Estamos nesse vaivém desde 61, com a Lei 4.024. De 61 para 97, tivemos três ou quatro reformas e agora parece que vem mais uma. (Ouve-se: "Já veio") Veio. Nem tenho tempo de vida para perceber outra reforma.

Lembro que, no início dos anos 60, a crise estava instalada no Rio de Janeiro. O modelo de escola que havia era muito bom. Eram escolas para muito pouca gente, mas eram escolas públicas muito boas, de muito boa qualidade. Naquele tempo, a garota saía do Instituto de Educação e era automaticamente nomeada professora da rede pública de ensino, bem remunerada e considerada. Era uma moça de classe média que iria fazer uma escola para seus filhos e para os filhos da classe média. Como estava debaixo de um controle muito estrito, a escola até podia receber meninos oriundos de classes sociais desprivilegiadas. E muita gente promoveu-se na vida pela porta daquela escola pública feita pela classe média para a classe média. Terezinha Saraiva, por exemplo, eu a conheci dirigindo uma escola no pé do Morro do Salgueiro. Era reverenciada pelos moradores e educou muita gente boa ali. Mas, já naquela época, Andréa Mandini coordenava um projeto da Fundação Ford que procurava saber, nos Estados Unidos e aqui, como inserir dentro das escolas existentes as camadas da população que estavam chegando para os centros urbanos e que estavam, diga-

mos, estourando nas costuras porque eram reprovadas. Foi nesse ponto que a reprovação começou a ceifar vidas sobre vidas.

A cidade cresce, a escola entra em crise e a televisão surge. Tudo isso em menos de uma década. A simultaneidade foi absolutamente perversa. Aí a primeira reação da escola é negar a existência: faz de conta que não existe televisão. A segunda tentativa é negar a televisão ou transferir-lhe a culpa: "A violência? É por causa da televisão". "Os problemas? São por causa da televisão". No momento seguinte, a posição quanto à televisão é: "Agora, vamos ver como a colocamos dentro da escola. Não é melhor destruí-la?".

O que está acontecendo na escola? A verdade, é que a escola não tem mais o monopólio da transmissão do conhecimento e está-se preparando para perdê-la mais ainda. Vai perder para o computador e para a Internet. Esse garoto que vende placa de computador na rua vai saber, muito em breve, como fazer uso da Internet, como se virar por ali.

Quando se perde o monopólio da transmissão do conhecimento, o que sobra a considerar é que isso não deixa a escola desnecessária. A escola continua e continuará necessária, desde que fazendo outra coisa, trabalhando diferente, com outro tipo de preocupação, outro tipo de orientação, outro tipo de proposta. Não é só ela que sabe ensinar às pessoas. As pessoas educam-se

com escolas e sem escolas. É melhor educar com a escola. Há coisas que só se aprendem no convívio da escola. Em nosso tempo, a escola não tem segurança naquilo que está ensinando. Não é que ela ensine errado, ela está ensinando certo, mas não sabe se aquilo que está ensinando é o que se quer ou se precisa aprender. Isso está fazendo toda a diferença. Tentem conversar sobre conteúdo programático hoje! Não é preciso colocar um produtor de televisão. Aproximem três ou quatro pessoas e perguntem: "O que é importante ensinar?". Preparem-se porque vocês estarão com uma grande encrenca formada.

Antigamente não era assim. Havia uma coisa conhecida, compartilhada universalmente, que se poderia chamar de saber escolar. Todos sabiam o que deviam ensinar e quando. Por exemplo, no 3º ano primário ensinava-se fração. Todos ensinavam fração no 3º ano primário. No Brasil, nos Estados Unidos, na França, na Europa. Evidentemente, o índice de reprovação subia porque era chatíssimo estudar fração. Hoje em dia não se tem mais idéia do que ensinar, quando e a quem. Estamos com uma tendência perigosa para contextualizar o conhecimento à sua utilidade. Conversas do tipo "Para que quero saber Química se vou ser advogado?" estão se generalizando ameaçadoramente. Na verdade, a cada vez que você faz uma pergunta dessas, a resposta evidente é: "Bem, mas qual a hora em que vou decidir em que vou ser ignorante?".

Se vou fazer tal coisa e deixo de saber tal coisa, tanto estou escolhendo aquilo que vou saber como estou escolhendo aquilo que vou ignorar. Quando tenho idade para saber que não quero estudar Química? Aos 14 anos? É uma boa hora? Quando vou decidir em que quero ser ignorante? No final da 8ª série? Parece uma coisa adequada? No final da 8ª série, o aluno diz: "Não quero saber História porque vou ser Químico". Isso é razoável? Não é. Será que é isso que o mundo futuro vai demandar de uma pessoa como formação básica de um ser humano economicamente útil? É o saber tão especializado? O que é o saber? O aluno joga fora a ginástica que faz para aprender Química? Ele pode jogar fora a Química, mas o que ele adquiriu como hábitos mentais, comportamento e capacidade de abstração vão também embora? É tão fácil dizermos: "Para que estudei Química? Hoje não lembro nada". Talvez não lembre, mas a Química está dentro de nós, como todas as experiências por que passamos na mão de uma escola.

Como fazer isso sem tratar da formação do professor como um dado estratégico em qualquer um desses processos, como a absorção de novas tecnologias, a reforma do ensino, a expansão da rede de ensino, a melhoria da qualidade? Não se preocupar com a formação do professor é uma coisa que está acima da minha capacidade. Sendo escravo de uma escola secundária que me consome todo, não tenho tempo para sair visitando universidades,

faculdades ou centros de formação de professores. Mas a mim não chegou notícia de que tenha havido preocupação nesse sentido. Sei que há casos de centros de excelência de muita significação nessa área, mas sei também que essa não é a regra. Acho que estamos falhando muito nessa matéria. Fico preocupado quando vejo um Exame Nacional de Cursos querer apurar como estão sendo os cursos de Engenharia e Medicina e não apurar como estão sendo os cursos de Licenciatura, sobretudo quando é a única das profissões, junto com o curso de Pedagogia, cujo exercício profissional depende de registro profissional no MEC. Não é registro de diploma, que todos devem fazer. Só quem tem que fazer registro profissional no MEC são os licenciados e pedagogos. No entanto, estes exatamente não fazem o Exame Nacional de Cursos. É uma coisa curiosa. Seria natural que o Ministério estivesse interessado, em primeiro lugar, em saber como estão aqueles que ele vai registrar, aqueles que ele vai habilitar profissionalmente. Com o advogado, bem ou mal a OAB faz o exame. Mas, não, eles testam os médicos e engenheiros! É uma opção; não discuto, só registro.

O Brasil vai precisar poder usar tudo isso. Acho que a escola brasileira não vai dar conta do recado como está indo. A descomplicação do ensino precisa ser um esforço de proporções dramáticas. Dentro da escola que temos hoje, ou dentro do Canal Futura, dentro da MultiRio, dentro da campanha de

educação a distância, no frígir dos ovos tudo isso coloca a escola brasileira contra a parede. Ou ela se reorganiza para reconhecer no mundo aquilo que existe ou vai pura e simplesmente ser superada. E aí, até para o bem, todos vão oferecer certificados de conclusão, de transferência, diplomas, carimbos, registros. E a gente passar, primeiro por uma época de educação generalizada de certa selvageria e, depois, possivelmente a maior custo, com mais sofrimento e mais equívoco, nos encontremos lá adiante. Talvez até encontremos capacidade de olhar de forma mais crítica e menos servil para a televisão.

TELEVISÃO E EDUCAÇÃO EM DEBATES

A Prof^o. CLEIDE RAMOS - Início o debate entre nós tentando responder a uma provocação da Marlene, que certamente me levará a duas ou três reflexões.

Os programas interativos duram uma hora na televisão. Evidentemente, essa hora é cara. Não é possível manter duas, três ou quatro horas de bate-papo através da televisão. Qual solução que nós, MultiRio, estamos buscando? Com os 30 núcleos Mídia e Educação, no Rio de Janeiro, todos aparelhados com computadores em rede, a idéia era dar início a algumas conversas virtuais. Ou seja, aqueles especialistas - que estiveram no programa e não tive-

ram condições de esgotar o tema continuarão presentes, desse modo, para prosseguir a conversa. Enquanto isso, como, normalmente algumas perguntas, que nos são deixadas, se referem a proposta pedagógica no interior da escola, passamos para a Secretaria Municipal de Educação ou, nós mesmos nos encarregamos de responder.

O ponto principal da minha reflexão é que não podemos, de repente, responsabilizar a televisão, seja ela educativa ou comercial por tudo o que acontece nesta sociedade. Recentemente participei de um congresso em Paris para discutir a influência da televisão particularmente nos jovens, em que mais de 350 pesquisadores de mais de 60 países mostravam que não é o jovem ou a criança que estão precisando tanto dessa aprendizagem na linguagem televisiva. Diziam que, na América Latina especificamente, pesquisas mostraram que crianças oriundas de população de baixa renda melhoraram seu rendimento escolar graças às horas passadas diante da televisão, que não era educativa. Todos sabem o potencial desse meio, a quantidade de informação, o prazer da imagem. Evidentemente que isso tudo ajuda. Vamos acabar, portanto, com essa história de dizer que a televisão é sempre um mal.

Segundo, precisamos trabalhar, sim, com professores e pais para que estes sejam capazes de selecionar uma programação adequada aos seus filhos, que interesse aos valores da família e da sociedade. Quando houver contro-

le pela opinião pública, receberemos informação do tipo: "A televisão está me colocando esse tipo de programa, mas não gosto por isso e isso". Essa participação da sociedade em programas que possam fazer crescer a escola é que mudará essa história.

Precisamos preparar-nos cada vez mais para ajudá-los. Quanto aos professores, volto-me para a universidade, que é – desculpem - a minha diferença. Acho que a universidade precisaria estar muito mais presente na formação docente em geral e participando de iniciativas como a nossa. A dificuldade que sinto no diálogo com a universidade são as quantidades de pré-requisitos colocados em algum trabalho. No outro dia, num programa de jovens, quando discutíamos sobre amor e amizade, se perguntava aos jovens "É melhor ler sobre o amor antes? Isso ajuda?", eles respondiam "Ajuda. Ver um filme também ajuda, ver televisão também ajuda. Mas, o negócio é viver". É impressionante para nós educadores, que hoje estamos dirigindo um órgão de comunicação educativo, como aprendemos a cada minuto e como essa diferença entre comunicadores e educadores diminui com o tempo. As dificuldades de diálogo vão sendo superadas. Outras vão aparecendo, mas isso faz parte da vida.

Acho que é a hora de não usarmos tantos pré-requisitos e permitir-nos viver o processo de televisão, corrigi-lo e avançar nele. Fico um pouco chocada

quando somos excessivamente destrutivos com relação a esse processo. É a única maneira que instâncias como a MultiRio, possivelmente, e certamente o Canal Futura, poderão ajudar no seu trabalho no setor da educação. Digo, todavia, que nem a universidade nem as Secretarias de Educação estão preparadas para receber esses programas e ajudar os professores a incorporá-los na escola. Por isso, seguidamente precisamos trazer professores para conhecerem essa linguagem, quer pela participação dos professores na produção, quer pela discussão permanente.

Penso, então, que temos, além do papel de comunicadores, um papel forte de ajuda à educação. Num duplo sentido. De um lado, como diz Jacques Dellors, participar da estocagem de informação e até de uma seleção das que podem ajudar na aprendizagem escolar. A televisão com a Internet estão chegando aí para permitir esse processo. De outro lado, estabelecer referenciais – aí, sim, dentro da universidade, dentro da escola pública e dentro dos próprios programas de televisão - que permitam incorporar de uma maneira inteligente, dando espaço aos indivíduos e às comunidades.

A Prof^o. MARLENE MONTEZI BLOIS - É bom virmos a um debate como este. Acho fantástico essa oportunidade de compartilhar com vocês o que pensamos e o que ainda não pensamos. É bom compartilhar o que pensamos, mas

é mais interessante e mais importante compartilharmos coisas que ainda não pensamos.

O que Flexa apontou e José Marques pontuou bem é a questão da mudança de postura. A Escola de Comunicação da UFRJ tem uma habilitação chamada Radialismo, recém-criada. O curso abrange rádio e televisão. A primeira turma forma-se este ano. Quando discutíamos o currículo dessa nova habilitação, incluímos Rádio e Televisão Educativos. Aqueles alunos que estão saindo não terão uma visão de rádio e televisão, TVE ou rádio educativo, algo fechado, com aquele E que o Ministério das Comunicações coloca quando identifica determinado canal para fim exclusivamente educativo, mas uma perspectiva de educação nesses dois veículos. Este é o primeiro ponto que coloco como superpositivo dentro da ECO.

A ECO também passou por todos os momentos de que se está falando aqui: fechada e depois abrindo-se aos meios. Mas o profissional de comunicação - porque a tecnologia invade a redação dos jornais, a televisão e o rádio em sua produção - forçosamente tem que buscar atualizar-se em termos tecnológicos. E é esse ponto que não sentimos presente no profissional de educação. É com isso que estamos preocupados. É esse o ponto da preocupação.

Considero-me uma pessoa que transita bem nas duas áreas, de educação e comunicação. É isso o que me

considero, uma pessoa de comunicação educativa. Ismar Soares, da USP, denominou essa figura de comunicador educativo. Precisamos, então, voltar-nos para esse professor, se quisermos dar um cunho de educação e levar esses meios para dentro da sala de aula.

Estou muito contente que o MEC esteja se abrindo para a questão do rádio também. Já estamos discutindo isso. Vamos nos concentrar nos lugares em que a televisão tenha acesso mais difícil e o rádio, uma intimidade maior com o público que se quer atingir. Já temos o pessoal do CEFET trabalhando com o pessoal do SENAR para fazer projetos para o homem do campo. Este é o momento certo de usar os veículos apropriados para a clientela que se quer. Se se vai trabalhar com bovinocultura leiteira, com o indivíduo que tira leite da vaca, não vai ser por televisão. Quando muito, um vídeo para explicar determinadas fases de um processo; o resto será material impresso, que tem mais imagem. Olhem a imagem presente, não só a imagem em movimento mas a imagem impressa, que também tem seu valor.

Flexa explicou aqui que se usa mal o livro didático na escola. O pior é que o próprio livro didático acaba de ser reprovado pelo MEC. O único instrumento tecnológico de utilização maciça, que é o livro didático, ter uma reprovação! Quer dizer, a escola está mal. Essa tecnologia está reprovada, isto é, a nossa criança está mal amparada nessa his-

tória. E não dá para ficarmos apenas acusando. Temos que mudar alguma coisa. Não adianta ficarmos tão céticos quanto à escola. Ainda é a agência que a sociedade define para passar educação. Ou ajudamos essa agência ou a escola realmente não terá sentido. Temos que dizer: "Está querendo fazer alguma coisa? Estou disposta a ajudar". É essa a postura que devemos tomar como educadores.

O Prof. JOSÉ MARQUES DE MELO -
Duas observações para reiterar o que dissemos.

Em primeiro lugar, quanto à fala da Marlene, ela, em boa hora, mencionou a disciplina de Rádio e Televisão Educativos do curso de Radialismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vários outros também têm. O que me preocupa é que, quando se coloca uma matéria no currículo, de modo geral estamos congelando o problema. Acho bom que tenham para orientar os produtores. Mas estava pregando uma atitude muito mais educativa do comunicador. Se o jornalista, o radialista, o publicitário, o relações públicas, o produtor editorial não tiverem consciência de que são educadores coletivos, continuarão deseducando ou educando.

Em segundo lugar, com relação à televisão, acho que também não podemos sublimá-la. Não sou dos que a condenam. Ao contrário, entendo que ela tem um papel educativo profundo, mas

ocupa um patamar para preencher vazios. O problema é que, às vezes, esse patamar se transforma em patamar vazio, não dá um passo adiante. Essas experiências de uso da televisão como reforço educacional são muito boas, seja dos professores ou do educando, mas falta uma ação da escola e dos educadores de um modo geral para cobrar da televisão e da mídia em geral melhoria de qualidade. É uma parte do processo de formação para a cidadania - assumir que essa mídia depende do cidadão para sobreviver. Só há anúncio na televisão, nos jornais ou nas revistas se houver audiência - E essa força do cidadão comum deve ser usada para cobrar melhoria. Essa cobrança muitas vezes não é feita porque as pessoas não se dão consciência. Esse papel de liderança cabe aos educadores. Evidentemente, não estou pregando que a escola deixe de cumprir o seu papel de ensinar Português, Matemática, Ciências, História, disciplinas fundamentais para formar a base cultural do cidadão, mas ela tem essa função de monitoragem daquilo que está aí e de mobilização da cidadania para essa cobrança da mídia.

A Prof^a. MINDÉ BADAUY DE MENEZES -
A crise da escola brasileira é internacional. Ela existe nas escolas dos Estados Unidos e da França. A gênese dessa questão está exatamente no espaço da vida social em que o conhecimento está sendo produzido e veiculado. Ele era

produzido na universidade, na empresa, no sindicato, na comunidade de base, na associação de bairros. Entre os motoristas, por exemplo, podem ser considerados os programas do SENAT. É incrível o que eles estão produzindo. A escola provavelmente deveria repensar sua função. Talvez nossa intervenção como educadores e comunicadores deva ser mais na identificação da gênese e na tentativa de achar o caminho. Quero entender que a escola deva ser mais mobilizadora do que lecionadora. Ela caminha para isso. O conhecimento está sendo veiculado amplamente na imprensa, na televisão, na Internet. Que conhecimento selecionar e quem vai selecionar o quê numa Internet que entra na escola?

Uma dificuldade adicional é a descontinuidade do governo. A descontinuidade dos programas de educação é fruto de uma não-introjeção do sentimento em relação a esses programas por parte da sociedade, pois tudo aquilo que é introjetado na sociedade permanece. Acho que é preciso um trabalho muito mais amplo. Nós trabalhamos parcialmente. Um grande programa nacional de educação deveria ser um programa de mobilização da sociedade. Era preciso que ele fosse introjetado. Era preciso que fosse um sentimento nacional. Era preciso que os meios de comunicação o introjetassem. Não temos dado conta dessa tarefa. Falta a mobilização. Vamos fazê-la nacionalmente. Começamos uma bonita experiência nesse sentido na gestão do Mi-

nistro Hingel e não demos conta de continuar. É preciso que continuemos essa mobilização, que construamos uma consciência nacional do significado da educação. Especialmente agora, com a reorganização do trabalho e com a mobilidade com que mudam as exigências de emprego. É uma marca dos tempos, que a própria tecnologia diariamente, está ensinando. Tem que aprender no banco, na biblioteca.

É um desafio enorme. Gostaria de que nos debruçássemos sobre essa questão e entendêssemos nossa tarefa de repensar a função da escola. Com certeza, uma sociedade educada não prescindirá dela. Mas, é preciso dar-lhe a tarefa correta.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO – Qual é o problema em discussão aqui? Foi isso o que agora mesmo disseram os professores Marques de Melo e Mindé: o que queremos fazer com a educação brasileira? Um grande homem público francês, referindo-se à Guerra de 1914, disse que a guerra era um assunto importante demais para ser entregue aos generais. Acho que a educação no Brasil é também um assunto importante demais para ficar entregue aos educadores. Um dos nossos problemas tem sido a monopolização do tema por um estrato determinado e dilacerado em questões internas de natureza ideológica, filosófica e pedagógica. O assunto está estiolado na mão de um segmento da população que não lhe vai dar solu-

ção e até pode bloqueá-la. O jogo educacional brasileiro, hoje, assemelha-se muito ao jogo da velha: a minha vitória é impedir a vitória do outro. Não jogo a favor de nada, jogo contra quem está à minha frente. Já vi tudo e estou absolutamente convencido: nós, educadores, não vamos dar conta disso. Disso não vamos sair sozinhos.

Lembro que, em 1955, quando as indústrias automobilísticas começaram a ser instaladas nos subúrbios de São Paulo, gente aqui no Rio de Janeiro dizia: "Não vai dar certo porque não há operário formado. Elas não conseguirão construir automóvel". Naquela hora, a indústria automobilística assumiu, de fato, o cargo de Ministro da Educação, Secretários Estaduais e Municipais de Educação e formou sozinha todos os de que precisava para pôr o carro na rua. O SENAI chegou lá muito depois e o SENAI é da indústria! Já encontrou gente formada. Lembro-me também de que, em 1954, visitei a refinaria Capuava em São Bernardo do Campo. Ela estava em início de construção. Vi a refinaria começando a indústria petroquímica com peão de obra que acabara de construir forno e estava aprendendo a trabalhar com catalisador, fazendo curso para o petróleo virar gasolina. A educação estava acontecendo ali. Não estava acontecendo nas escolas federais, estaduais, municipais ou particulares.

Antecipo com muita esperança os resultados da quebra do monopólio da escola na transmissão do conhecimen-

to. Todos os avanços que a educação brasileira conheceu no sentido de generalizar-se, de atingir camadas que, antes, a ela não tinham acesso, vieram muito mais pela área da economia do que pela área da própria educação. A educação não tem motor próprio suficientemente potente para incorporar ninguém. Quem incorpora as camadas da população à educação é o desenvolvimento. É este que gera escolas no Brasil. Teremos que investir muito em tudo aquilo que puder chegar à escola vindo do outro lado, vindo da calçada: investir na televisão, no computador, na participação das empresas e na tomada de consciência.

Um dia o país vai acordar e o cidadão brasileiro tomará consciência do problema político que é a educação. Digo sempre que, no Brasil, o problema de educação é escola para o filho, ponto. Não há uma visão da educação como uma política pública. Meu filho está no colégio? Não há mais problema de educação no Brasil. Acontece um problema de educação quando o filho é reprovado. Mas se ele passa na recuperação, o problema foi resolvido. Se troca de colégio, está resolvido o problema.

Não há caráter nacional nessa educação, o que lamento profundamente. Isso é assunto para estadista, para pessoa com visão de História. Não tivemos, ainda, um encontro histórico do homem de Estado com o problema da educação. É o que está faltando acontecer.

Não acredito em campanha, não acredito em mobilização gratuita. Acredito na construção. Sou modesto: para a educação brasileira quero a construção de uma agenda comum. Só um estadista conduz e costura um acordo nacional para estabelecer uma agenda comum. Comum a quem? Aos partidos políticos de esquerda e direita, empresários e trabalhadores; centrais sindicais e Confederação Nacional da Indústria. É preciso um acordo político acerca de um patamar mínimo que possa ser comum. É espantoso: no Brasil, ouvimos mais o empresário falando em educação, mas, na verdade, pensando na formação da mão-de-obra que ele vai usar, do que a central operária pensando em escola para formar o filho do trabalhador. Conheço mais a CNI e o que ela pensa de educação, mas tenho dúvidas quanto ao que pensa a respeito de educação a CUT. Sei o que esta pensa a propósito do professor; é uma coisa absolutamente corporativa. Quero saber sobre educação. Também recuso-me a achar que o interesse do magistério público se confunde com os interesses da educação nacional. Pode coincidir ou não. Há coisas que interessam à educação e outras que só interessam ao magistério oficial daquela hora, daquele momento.

Quando essa costura política for feita e tivermos uma agenda comum, tudo o que conversarmos aqui se resolverá naturalmente. As coisas começarão a acontecer porque haverá tempo. Não há tarefa educacional sem tempo.

A jato não há. Em educação tudo demora. Aí se começará a ter tempo para mobilizar a experiência adquirida e melhorar aquilo que se fez. Ninguém começa tudo certo, nada dá fruto de pressa em educação. É preciso tempo. Para ter tempo é preciso calma. Para ter calma, é preciso acordo.

Antes de concluir, parece-me difícil desvincular a imagem de TV de entreterimento da de TV educativa. Se

A Prof^a. CLEIDE RAMOS - Temos técnicos para receber as pessoas. Pode ir lá, conversar, analisar o material. Não só disponibilizamos os direitos autorais em forma de convênios como também suprimos essa ausência tão falada aqui de trabalhar todo esse aspecto, cursos em cima desse trabalho que executamos e o uso disso dentro da educação. Nesse momento até várias universidades têm-me chamado, inclusive de São Paulo, para troca. Acho interessante mostrar os tipos de critérios que balizam o nosso trabalho. Claro, tenho os referenciais da proposta educativa do município, dessa relação cidade-educação, mas tenho especificidade do tema; se Português, Matemática, que linguagem. Temos essa busca permanente de acertar essa linguagem televisão-educação. Ela não é perfeita, a cada trabalho descobrimos que temos que melhorar, mas a prática nos vai indicando coisas como: os professores gostam de ver-se nos vídeos. Multieducação só trabalha com a imagem nas escolas no

Rio de Janeiro, com os professores. Mas, não é suficiente. Para se identificar, eles precisam disso. Então, temos dado um largo espaço para essa identificação do trabalho da escola e as reflexões a partir desse trabalho. Há outros critérios. A linguagem não é de aula porque não substituímos o professor. No momento não estamos fazendo supletivo. Estamos dando documentos, trabalhos que o professor pode fazer em sala de aula.

Então, é bom conhecer esses critérios e até trazer-nos a experiência de vocês, o que certamente nos enriquece. A grande parceria que estamos buscando - só estou com problema de recursos, por isso estou segurando um pouco - é procurar universidades que queiram fazer projetos avaliativos das nossas diferentes séries e das linguagens. Essa é uma aproximação possível com a universidade.

A Prof^o. ADAMIR (Universidade de Nova Iguaçu) - Mesmo fora do centro da Cidade do Rio de Janeiro?

A Prof^o. CLEIDE RAMOS - Mesmo fora, se vocês têm grupos de pesquisa que já tenham tradição de fazer essas pesquisas e queiram conhecer-nos e acertar com a Secretaria de Educação esse trabalho. Talvez não consigamos fazer isso neste ano por contingências sobretudo financeiras, mas, para mim, é um ponto prioritário. Hoje faço pesquisas de aceitação do produto, de organização possível, mas preciso e quero fazer esse pouco mais em termos de aprendiza-

gem. Onde, de fato, um produto nosso de Geografia facilita o professor e que resultado ele tem ou não no grupo em que trabalha. Foi levantado para mim: "Vocês não podem fazer isso porque vão excluir alguns para comparar". Mas, no próprio sistema tenho professores de Geografia que não aplicam os programas de Geografia. É só pegar e comparar, ou fazer um acordo com algumas escolas e começarmos um projeto para o próximo ano. Essa é uma frente de nos interessa, de mão dupla.

A Prof^o. JOY (Faculdade de Educação/Unirio) - Minha pergunta vai para o Flexa. Trata-se da questão da interação entre escola e empresa, sendo escola entendida como empresa também, nos múltiplos sentidos que essa palavra possa ter. Queria que você aprofundasse um pouco mais quando diz que o professor não pode ser o único responsável e continuar com esse processo.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - O controle do Estado sobre a transmissão do saber é um legado colonial. Na Idade Média havia as corporações de ofício. No Estado moderno, a contra-reforma e o controle da transmissão do saber. Precisamos lembrar que somos um país de tradição ibérica. Os países que não tiveram problemas em divulgar a Bíblia depois que ela foi impressa por Gutemberg ganharam uma intimidade com a descentralização e a descomplicação da transmissão do conhecimento. Os países da contra-refor-

ma que precisavam conter o avanço do protestantismo e do exame dos textos sagrados tiveram que manter um controle do Estado e, portanto, da Igreja, que na época se confundiam sobre o que era transmitir conhecimento. E mantiveram, e desdobraram a experiência medieval das corporações de ofício para corporificação desses interesses associados ao interesse do Estado em controlar a transmissão do conhecimento. E aí inventou-se o diploma que só o Estado pode conceder. Até hoje todo diploma de curso superior tem que ser registrado no MEC. Caso contrário, não se pode entrar com a regularização profissional.

O Prof. JORGE FERREIRA DA SILVA - Com a nova lei, não.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - Acabou? Ótimo. Menos uma coisa. Então, vamos dar o passo seguinte. Vamos reconhecer que o saber se transmite, na sociedade, em vários lugares que não só a escola. Não é só o curso profissionalizante que ensina uma pessoa a trabalhar num torno. A empresa ensina. Por que uma empresa não pode ser credenciada ou não pode anotar na carteira de trabalho do seu trabalhador aquilo que ele aprendeu ali dentro? A pessoa fica credenciada. Há um conluio perverso no Brasil entre as corporações profissionais e o Ministério da Educação que, no fundo, se chama Currículo Mínimo.

O Prof. JORGE FERREIRA DA SILVA - Isso também acabou.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - Então acabou tudo! Então estou em outro país! Então o país já mudou. Pergunto: terá acabado? Acabou na lei, na prática não.

O Prof. JOSÉ MARQUES DE MELO - Posso dar um exemplo? O Marechal Costa e Silva aboliu o reconhecimento de firma quando estava no exercício do poder. Ainda hoje continuamos reconhecendo firma.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - No Brasil conseguimos esse prodígio: só acabamos com algo na lei; cumprimos quando queremos.

O Prof. JORGE FERREIRA DA SILVA - É mais grave porque, várias vezes, o reconhecimento é exigido pelo próprio Estado.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - Na verdade, o caldo de cultura é o mesmo, a despeito do que possa dizer essa ou aquela outra lei. A descomplicação e a desregulamentação do conhecimento no Brasil ainda são coisas para ser, como disseram aqui, introjetadas na sociedade. Ela não acredita nisso. Há dificuldade de estabelecer, hoje, uma escola secundária que possa qualificar para o trabalho a nível de 2º grau. Quando existem, são escolas caríssimas,

praticamente inacessíveis, poucas vagas e não funcionam. Quem qualifica para o trabalho a nível de 2º grau? O mundo real. Mas, ele não pode certificar isso porque não é escola. A empresa não pode consignar na carteira de trabalho "Aprendeu tal coisa". O Brasil inteiro está aprendendo Informática nos escritórios e estes não podem dizer: "Fulana de tal trabalhou aqui de tanto a tanto e aprendeu a trabalhar com editor de textos ou Excel". É o conhecimento da pessoa! A pessoa sabe que sabe, vai a outra empresa, faz a prova e é admitida como sabedora e tudo isso é conhecimento se transmitindo fora do Estado. É uma espécie de câmbio negro do saber. É preciso acabar com o câmbio negro do saber. Como? Deixando que ele apareça na vida das pessoas como uma coisa natural.

A Profª. MINDÉ BADAUY DE MENEZES

- Agora é só fazer o exame.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - Se a empresa acha que é bom, porque tem que fazer o exame?

O Prof. JOSÉ MARQUES DE MELO - O perigo é ser reprovado no exame.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - Quem contou a história do garoto que sabia fazer troco etc e não conseguia passar em Matemática? A pessoa não passa no exame mas sabe operar um torno. Haja torno para fazer exame!

A desregulamentação do saber é isso. Precisamos ganhar intimidade com isso. É claro que há atividades que têm sempre que passar por um controle muito sério, do Estado ou não. É claro que não posso fazer isso com um Auxiliar de Enfermagem, que irá aplicar injeção etc. Mas, não sei se é o Estado que tem que fazer isso. Não sei por que não pode ser o Conselho Regional de Medicina. Eles que se entendam. Um médico chama o candidato, "Dê-me uma injeção"; sabe ou não. Não é preciso que o Estado cuide disso. Estamos fartos de saber que o controle do Estado não é só na área de educação. Os controles formais do Estado são profundamente falíveis. Os controles do Estado, no Brasil, entraram em crise. Da mesma maneira com que falham na área da educação falham na hora de tomar conta do banco. Todos estão achando que o banco é seguro porque o Banco Central o deixa funcionar; de repente, o banco quebra. Como o banco quebrou? Porque os controles formais do Estado não funcionam em mais de um setor e em mais de uma dimensão. A crise do Estado deriva da falência dos seus sistemas de controle numa sociedade que se ampliou. "Ah, a guia de transferência do aluno de escola, pelo Conselho Estadual de Educação, quer saber como foi, se fez ou não, o carimbo, se o supervisor assinou ou não". Enquanto isso, compro uma van e faço transporte coletivo, atividade de concessão do poder público, e não conseguem me evitar; o controle formal do Estado

vai à falência. A população deixa os ônibus e vai para a van, que é melhor, mais confortável, tem ar-condicionado, etc. Aí todos ficam histéricos: "Temos que acabar com a van". Nunca vão acabar porque não há alternativa e os controles do Estado não funcionam. Aí surgem as vans, como surge toda a desregulamentação da educação.

A Prof^o. MARLENE MONTEZI BLOIS - Isso está-se repetindo agora na educação a distância. Estamos fazendo uma grande discussão em cima disso. A tal regulamentação dos artigos, que não é somente o Art. 80, temos que fazer uma leitura muito atenta dele porque está presente em muita coisa. O Estado quer ser mais rigoroso na educação a distância do que na educação presencial. Assim não vamos andar! É para fazer absolutamente nada. Quem está marginalizado da escola, não quer a escola, não aceita determinada escola, quer fazer outra, o tempo é outro, o mundo é outro, o seu tempo é outro, a sua questão de disponibilizar tempo para querer aprender é outro e o Estado querendo colocar camisa-de-força na educação a distância. Precisamos lutar contra isso. O evento do Rio está com uma moção forte em cima disso, forte em cima de tarifas que viabilizem educação a distância para que não aconteça isso que foi citado aqui. Por trabalhar em educação a distância, sabemos que a tarifa do Correio se torna um peso em cima de qualquer material que é enviado. E é uma das alternativas; não

posso pensar que esse Brasil é Internet; não posso pensar que esse Brasil já tenha cultura tecnológica a ponto de todas as escolares terem computadores e alguma coisa acontecer. Não acontece. A Rede Rio que está tentando fazer isso aqui, num Estado pequeno, que se diz muito melhor em termos até de aproximação, de recursos tecnológicos, não está conseguindo isso. Então, o que fizemos no trabalho da Rede Rio? Começamos a tentar sensibilizar a Secretaria para trabalhar com outros meios. Já se tem disponível a discagem gratuita do 0800 e muitas escolas não têm telefone; muito menos terão Internet ou correio eletrônico para enviar mensagens ao CCIERJ, Centro de Ciência do Estado do Rio de Janeiro. São essas coisas que devemos trabalhar se estamos querendo mudar alguma coisa ou tentar dar uma volta em cima de tanta injustiça.

A educação também tem sido instrumento de injustiça social. É tecnologia para isso, para pensarmos todas as possibilidades. Nesta semana, almocei com o pessoal do Ceará; estão fazendo um trabalho fantástico; 14.000 alunos estão estudando com o rádio e com trabalho encartado em jornal. Isso é maravilhoso. A Universidade do Estado não teve outro jeito. Nem acredito que eles tenham se negado. Mas, dentro dessa realidade, se a universidade vira as costas nem sei como classificar isso. Por isso todos acabam sendo envolvidos, até porque as pessoas estão querendo trazer qualidade a isso. O curso

de moda será bilíngüe porque o pessoal de Milão gostou tanto que está querendo levá-lo do Ceará para lá. É isso o que podemos pensar. E por que a televisão não? A televisão poderia trabalhar nisso de forma brilhante. Mas, com um programa como Neide mostrou. Não há quem não se sensibilize com aquela boneca. Eu e Jorge estávamos amando aquela boneca. Com certeza é a criatividade do brasileiro, que é fantástica, com todo um trabalho de computação gráfica e editorial a serviço da educação. É isso o que se tem que buscar. Se temos que buscar Caetano Veloso para falar de trânsito, que se busque, além de toda empatia que ele já tem com o público.

É isso o que teremos que enfrentar. Na questão da educação a distância, lutar para que o mercado diga quem é bom. Como é nas escolas; é o mercado que regula isso. Embuste em educação não vinga muito tempo. A pessoa vê-se enganada porque não é aceita no mercado. Para que vai fazer curso lá? Para ter um canudo? Para quê, se depois não consegue emprego? A regulamentação está no mercado.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - Você está tocando num ponto importante. Essa vinculação da educação com o mercado de trabalho tem manifestações nitidamente perversas. A geração de trabalhos artificiais na hora de regulamentar a profissão é um velho vício brasileiro. "Toda empresa com mais de tantos

operários é obrigada a ter um psicólogo, etc". Não sei se deveria ser obrigatório. São coisas que deformam o mercado de trabalho, geram uma formação não sei se necessária e, sobretudo, confundem o tema porque passam a criar reserva de mercado. Não sei se toda empresa tem que ter uma psicóloga. Na maior parte das vezes, o que você tem é uma farsa. É a má psicóloga que vende o seu registro para que a empresa consiga um alvará. Só o Estado cobra isso da empresa, ninguém mais; nem a sua realidade, nem a sua verdade, nem a sua comunidade.

Volto a insistir. Acho que a desregulamentação da transmissão do conhecimento é uma tarefa à qual seremos conduzidos quer queiramos ou não. É um pouco o caso da van. Não há mais como opor barreiras à transmissão do saber. Não haverá mais como opor barreiras a que o saber circule e a que as pessoas sejam credenciadas também pela competência que o mercado nelas reconhecer. Para não fazer isso, teremos que proibir a Internet no Brasil, fechar as televisões e voltar a cem anos, se possível levando o rádio junto para não haver perigo de alguém aprender alguma coisa.

A Prof^ª. MINDÉ BADAUY DE MENEZES - Ficamos todos muito chocados com esse processo que ocorreu na questão da Lei de Diretrizes e Bases. Havia um processo que caminhava. Muita gente negou-se a ler a Lei Darcy Ribeiro por

conta da ojeriza. Chamo todos para lerem. Acho que ela tenta fazer uma desregulamentação. Ela é muito flexível. Só que ela vai achar uma inflexibilidade que não tem tamanho, no MEC, dos professores, das cabeças, das corporações de classe. Quero dizer que o exame de Estado só saiu em determinadas profissões, suspeito, por conta da força das corporações. Na minha universidade, tentamos fazer um estudo de currículos. Chamamos as entidades de classes para discutir o perfil do profissional. Elas forneciam o perfil mas diziam: "Quero que fechem o curso por conta da reserva de mercado". É extremamente complicado. As corporações têm força grande. A lei prevê, inclusive, a possibilidade de cursos seqüenciais na universidade. Um diploma como tem a França; até o 2º ano sai com o diploma; 50% dos alunos abandonam a universidade e saem sem qualquer titulação. Então, a lei dá abertura, reconhece o conhecimento adquirido na prática social até o 2º grau. Ela não foi à frente permitindo a entrada na universidade sem o 2º grau, mas avançou demasiado para o nosso sistema burocrático de ensino. Mas, comentar a abertura dessa lei, construir opiniões no sentido de que as instituições sejam flexíveis é uma tarefa, como ele disse, quem sabe de séculos. Temos aí uma ferramenta extremamente importante, eu diria pedagógica porque ela é transformadora, que é o texto legal que aí está.

Para terem uma idéia, a educação a distância parece regulamentada no

art. 80, nas Disposições Gerais. Só que o corpo da lei inteiro fala de uma educação aberta. Participei da comissão, nós nos negamos a fazer a regulamentação do art. 80. Fizemos um anteprojeto de regulamentação que trabalhava aberta e à distância. O primeiro embate nosso foi com o Jurídico, que não concordava que deveria ser o art. 80. Então dissemos: "O que está no corpo da lei tem prevalência sobre o que consta no art. 80, que está nas Disposições Gerais". Aí ganhamos. O segundo embate está-se travando com a CAPES e o SESU que só admitem cursos abertos no exame de Madureza, supletivo. Vejam, então, que é um embate interno. É importante colocar isso para fora porque devemos gerar uma força de fora no sentido de avançarmos, de construirmos uma legislação mais aberta. Imaginem, a minha universidade teve que excluir do corpo docente professores notáveis na área de Artes porque não eram graduados, enquanto a França concede título de doutorado para um artesão. Temos muito o que fazer.

O Prof. UBALDINO (Escola David Capistrano) - Não consigo sintetizar tudo aquilo que penso a respeito. Penso em como a educação pode ser usada como uma forma de escamotear coisas mais profundas que acontecem na sociedade. Posso dizer que acho suspeito quando determinado segmento da sociedade defende o monopólio dos poderes econômico e político. Como, em dado momento, esses setores têm

uma grande preocupação e fazem grandes investimentos enquanto outras questões ficam à margem da preocupação desses mesmos setores? Quero dizer que a educação ganha aparente preocupação, mas sempre no sentido de desviar a nossa atenção em relação a outras questões. Por exemplo, o problema da reforma agrária em nosso país, a questão da desigualdade social no país e essa grande disparidade salarial. Essa frente na educação ganha poder de encobrir outras coisas. Por exemplo, a preocupação de alguns órgãos, a Fundação Roberto Marinho. Por que esses setores não estão discutindo também essas questões? Por que não nasce, nesses canais de televisão, um grande debate sobre a questão da reforma agrária ou da saúde pública ou dos salários no Brasil? A educação sofrerá essas consequências num tipo de sociedade assim. Aí entra outra questão: a abordagem da educação, como vai gerar em torno de si mesma. Não há uma relação entre a crise da educação e a crise da sociedade.

A Prof^a. ELEN TABOADA (Universidade Católica de Petrópolis) - Na Universidade Católica de Petrópolis temos uma preocupação muito grande: a crise de valor. O que tem valor? Quando uma criança pergunta "O que é honestidade? O que é lealdade?". São essas coisas que escapam porque cada um está preocupado com a sua vida. Fala-se em cidadania mas o que há na base da cidadania?

O Prof. JOSÉ MARQUES DE MELO - Deixo que os colegas que estão mais atuantes no campo educativo retomem sua questão no campo da escola. Acho que a escola vem fazendo reflexão sobre esses problemas todos mas, no caso da mídia, quem vê a mídia todos os dias verifica que esses problemas estão lá. Vamos pegar o caso da reforma agrária; ela ganhou dimensão intensiva neste país exatamente pelo papel que a mídia vem exercendo. Nunca houve um tema colocado na agenda pública que fosse tão insistentemente debatido quanto o da reforma agrária, a tal ponto que está exaurindo. E colocado naquele espaço que catalisa a opinião pública. É o caso das telenovelas, por exemplo; tivemos uma telenovela anterior a esta exatamente sobre a questão da reforma agrária; com toda a problemática discutida, um senador que reproduzia o sistema de poder. Além dos debates nos telejornais. Pesquisas mostram que a população brasileira já está exausta com essa questão de sem-terra, pelo tratamento intensivo que recebeu. Sou muito crítico da mídia em relação à qualidade cultural, mas também reconheço que não se podem fazer grandes avanços sem que a sociedade avance. Acho que a mídia brasileira é um espelho da nossa sociedade. Analisando a televisão, que tem cerca de 50 anos, ela vem avançando qualitativamente. Há 30 anos poderíamos observar que a programação da televisão brasileira era dominada por produtos estrangeiros. Denunciávamos os enlatados, os programa-

mas que vinham de fora. Hoje, o chamado horário nobre, a Globo chega a ter 100% de programação nacional e o restante das emissoras está em patamares superiores a 70%/80%. Isso é um grande avanço, é o Brasil se vendo no horário nobre, são os temas nacionais ali colocados, são nossos valores resgatados; não apenas nacionais mas regionais. Por outro lado, depois da Constituição de 88, temos vivido um período de maior liberdade de mídia que este país já teve. Liberdade até demais. É bom que exista, nunca tivemos. Aparece tudo, diz-se tudo e os governantes têm sabido respeitar, não têm usado qualquer instrumento para coibir. Nunca tivemos um período de liberdade de mídia, analisando a História. O período mais significativo que tivemos antes foi no Segundo Império de Dom Pedro II, que tinha um relacionamento bonachão com a mídia da época, a imprensa diária. De 88 para cá derrubamos um Presidente da República exatamente por esse papel que a mídia pôde exercer, sem qualquer crise institucional. Então, é preciso pensar as questões de maneira não maniqueísta, do contrário passamos a admitir que tudo está sem solução e entramos num beco sem saída.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - Senti que está ocorrendo um problema semântico aqui. É preciso saber do que estamos falando quando tratamos de educação. Em sua fala notei uma coisa: a escola pode não estar fazendo isso

mas a televisão está educando. É esse o caso da reforma agrária. É um processo educativo. Como a televisão foi pegar esse tema e colocá-lo onde não costumava repercutir, que é dentro da cidade? Como o cidadão urbanizado que não vê uma fazenda há algum tempo tomou consciência do problema da reforma agrária? Quando ele apareceu numa novela.

O Prof. UBALDINO (Escola David Capistrano) - O problema é como chega.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - Não há discurso de professor em sala de aula, não há pregação em praça pública, passeata ou comício na Cinelândia que possam substituir o impacto daquela novela. "Ah, mas a abordagem não é a que eu queria". Isto é outra coisa. O problema é que você coloca a sociedade em movimento, mas a sociedade toma conta de si mesma. Não adianta eu querer vender à sociedade determinada versão do fato porque ela terá a sua versão. Daí a importância da mídia e sua diversidade. Por mais que possa parecer desagradável a liberdade de imprensa, ela dá diversidade. É essa diversidade de opinião e divisão que levará a sociedade a fazer, ela mesma, uma outra opinião.

O Prof. UBALDINO (Escola David Capistrano) - Mas, se essa própria mídia é contra a sociedade... Educa a sociedade segundo sua conveniência.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - Desculpe-me: ninguém educa ninguém à sua conveniência. Pode-se fazer isso com uma pessoa, não se faz com a sociedade. A vocação do ser humano para a liberdade, a idéia de que a escola faz a sociedade, o episódio do que foi o bloco soviético, a derrocada do Muro de Berlim, é o maior exemplo que conheço da História recente dos limites da escola. Se fosse valer a idéia de que a sociedade é feita nos bancos escolares e aquilo que se transmite é o que as pessoas farão, o regime soviético nunca teria caído. Estava instalado há 70 anos com apoio total da mídia. Gerou três gerações em seus bancos escolares. E três gerações depois a sociedade russa disse: "Não quero mais isso"; e o regime soviético, que parecia inexpugnável, ruiu. A idéia de que a escola tem o poder de plasmar a sociedade é equivocada. A escola tem limites muito grandes e nítidos em seu âmbito de ação. Não adianta ter a ilusão de que, se eu mobilizar a escola para determinada versão, essa versão triunfará no seio da sociedade. Dou um prazo para isso. O maior prazo que conheço é de 70 anos; depois cai. Se a decisão da sociedade for diferente, no final a sociedade vence. A vocação do ser humano para pensar diferente é tão forte que você só consegue conter por 70 anos. Evidente, a sociedade teocrática do Egito antigo conseguiu conter a sociedade durante 5.000 anos. Mas, era o Egito antigo, não havia a mídia. Agora só durou 70 anos. A próxima tentativa vai

durar 35 anos. Acho que não é por aí. A crítica é a seguinte: como foi possível que as instituições ligadas à previsão de futuro, à identificação dos problemas, ao levantamento das questões entre as quais a universidade, não possam ter caminhado um pouco para a área da reforma agrária?; porque quem ganhou foi o Senador Caxias. Foi ele quem fez o papel de universidade. Aliás, proponho nomeá-lo para reitor de alguma.

A Prof^a. MARLENE MONTEZI BLOIS - Queria acrescentar que essa idéia de que a sociedade é passiva e aceita tudo o que a mídia coloca já foi derrubada. Isso não existe. A mídia pode ter um papel grande de denunciadora. Tive acesso a alguns takes do Globo Repórter de sexta-feira que vai chocar muita gente: é a questão das drogas junto às crianças. É uma coisa para a qual estamos tapando os olhos.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - Lembro o caso da prostituição infantil.

A Prof^a. MARLENE MONTEZI BLOIS - Não queremos ver isso de frente, principalmente quem tem filhos. Vamos levar um tapa na cara quando assistirmos ao Globo Repórter. É um alerta. Talvez não seja a televisão que tenha que aprofundar a questão maior. Televisão não é veículo que aprofunde nada. A televisão tem lineamento em sua leitura e um compromisso de até que ponto

pode ir. Daí ela não vai porque o tempo se esgota, porque a produção tem, muitas vezes, determinados compromissos. Concordo com você, mas a escola também tem tomado alguns compromissos que nem sempre são os que a colega da Católica, ali, levantou: a questão dos valores que estão por trás. Lembro que discuti isso. Acho que foi justamente na época do Collor. Collor estudou nas melhores escolas do mundo; nas melhores escolas brasileiras, na escola suíça etc. Naquela mesma época havia estourado um escândalo no Japão. Com certeza aquele Primeiro Ministro japonês também terá passado pelas melhores escolas do Japão. Estourou um escândalo na França, no Congresso dos Estados Unidos. Então! As melhores escolas fazendo os valores! O que essas escolas fizeram? Esses líderes passaram por essas melhores escolas. O que elas passaram de valores para essas pessoas? É complicado isso. É também muito simplista querermos dizer que a televisão está criando todo esse problema, porque esse problema todo está na sociedade e a televisão está mostrando o que está acontecendo. Se as linhas editoriais das televisões vão cada uma para um lado, a escolha é nossa. Se eu vejo o Jornal Nacional é porque sou de uma classe que se identifica com aquilo. Posso ver outro ou nenhum. Ou posso ver criticamente. É isso o que a escola não está fazendo e foi o ponto que coloquei aqui desde o início. É isso o que a escola não está fazendo: como ler criticamen-

te essas mensagens que estão chegando e o que fazer com essas mensagens, num papel educativo. Quando criamos o Um Salto para o Futuro, o primeiro modelo se chamava O Jornal do Professor e era para passar isso daí; mas, foi difícil; dentro da própria TVE as pessoas não sabiam como fazer porque não quiseram encarar as dificuldades; era mais fácil centrar o Um Salto para o Futuro em aspectos curriculares, estava tudo escrito, era mais fácil. É mais fácil chamar uma pessoa para falar de Matemática, História ou Geografia do que colocar a cara na televisão para enfrentar. As coisas acontecem assim. Não sei se você tomou conhecimento de pesquisa recente que o IPEA fez sobre o valor da educação no salário do brasileiro.

O Prof. UBALDINO (Escola David Capistrano) - Não li especificamente a notícia.

A Prof^a. MARLENE MONTEZI BLOIS - É muito interessante. Até às quatro primeiras séries o salário não muda, o que muda é o posto de trabalho. Por exemplo, um metalúrgico ganha doze vezes mais do que outro trabalhador com o mesmo nível de escolaridade. Quando passa desse nível, há acréscimos fantásticos a cada ano de estudo. Isso é a valorização da escola e a escola não está-se valorizando em termos de melhoria da qualidade de vida do povo, em cima do salário que ele pode usufruir se passar pelos seus bancos esco-

lares. Os profissionais de educação precisariam ler essa pesquisa. É um estudo muito sério do IPEA.

A Prof^o. ISABELLA - Acho que ele (o Prof. Ubaldino) estava dizendo que existe certo grau de manipulação de grupos de elite. Essa pesquisa a que você se refere, quem tem o poder de educação é altamente elitista. A ideologia que se passa na mídia a sociedade recebe, sim, há uma relação dialética. Mas, acho que não dá para negar que nessa relação dialética alguns pontos estão abaixo.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - Quero concordar com você. Mas, em momento algum supus que quem detém o poder seja um suicida em potencial que vai agir no sentido contrário ao seu interesse. Estou falando outra coisa, que isso não é mais suficiente para deter o avanço de quem está do outro lado, se a sociedade assim o aprovar.

A Prof^o. ISABELLA - As coisas existem para beneficiar certos grupos. Lógico que a sociedade reage, mas acho que não dá para negar que quem detém mais poder vai alterar, de forma mais benéfica para si, o curso da mídia.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - Claro. A única vantagem que observo no Brasil de hoje é que, antigamente, essa elite a que você está se referindo era monolítica; ela só se dividia na hora da eleição. Todas as forças tinham mais ou menos os mesmos interesses. Hoje, os

membros dessa elite também estão brigando entre si. A idéia de corporação de ofício é muito simples: o empresário que é obrigado a admitir a psicóloga fica danado da vida; a psicóloga, que é elite, que faz uma reserva de mercado como corporação profissional, entra em choque com o empresário, que também é elite.

A Prof^o. ISABELLA - E com a profissão mesmo, porque ela não poderia estar ali, porque ela teria que entrar num processo de seleção, se fosse honesta.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - A sociedade colocou-se em movimento; nem a mídia, nem a escola comandam o resultado desse movimento. São as forças históricas e será o processo que vai evoluir.

A Prof^o. ISABELLA - As corporações de educação existem para manter a elite.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - Evidente. Elas querem congelar a realidade. Queremos o nosso pedaço nisso. Por isso alertei aqui: não confiem em nós para avançar o lado da educação que interessa ao país. O país tem que tomar conta da educação. Não posso ficar sozinho com esse assunto.

A Prof^o. CLEIDE RAMOS - Darei um outro dado para pensarmos. Talvez há alguns anos fosse muito complicada a questão da reforma agrária. Posso até falar nisso porque vivi a coisa pessoal-

mente, o primeiro ministro da reforma agrária era meu cunhado. Então, sofri e soube como foi a pressão que a mídia, inclusive, fez sobre coisas que não eram verdadeiras. Entretanto, tenho que reconhecer que a sociedade caminhou e não estamos com informação de reforma agrária somente numa novela. Nesta semana tivemos um programa da Cultura, Roda Viva, em que os técnicos discutiram seus pontos de vista. Lembro que, há alguns meses, quando a CNT iniciou um novo formato de jornal, trazia os conflitos a nível de informação, talvez não com a carga que possamos julgar, preconceituosamente ou não, que a Globo possa colocar; aqui não estou julgando. Recentemente tivemos a questão do índio que foi queimado e o protesto da sociedade pela forma de julgamento. Não lembro de coisas tão fortes. A liberdade do Bandido da Luz Vermelha; conseguiu-se voltar atrás de uma decisão e ele está livre. Apenas para lembrar que nada está tão catastrófico assim, que a sociedade por si caminhou e que temos, sim, que ter participações ativas, abrir espaços.

O Prof. JOSÉ MARQUES DE MELO -
O Prof. Gianotti esteve na televisão chamando a cidadania na mobilização da qualidade da universidade.

A Prof^a. MARLENE MONTEZI BLOIS -
A mídia não é ingênua. Quem faz mídia não é neutro, como quem está nas es-

colas não tem neutralidade. Todos têm alguma proposta, clara ou velada, mas têm. Se a escola está escamoteando, como você disse, concordo, fechamos os olhos para tantas coisas, temos que assumir que está escamoteando, o que não fica impune por muito tempo, coloquei isso aqui.

O Prof. UBALDINO (Escola David Capistrano) - Quando você compara lados opostos, qualitativa e quantitativamente, um outro pólo tem o poder de influência bem maior. Fazer equivaler coisas não é bem assim.

A Prof^a. MARLENE MONTEZI BLOIS - Sou uma pessoa que luta pela diversidade cultural, contra qualquer tipo de monopólio, qualquer pasteurização em cima de posições. É isso o que estou tentando colocar. Estou dizendo que a mídia não é ingênua. Nada se faz em rádio, televisão ou jornal de forma neutra. Ninguém publica uma pesquisa por publicar. Há sempre uma intenção em cima daquilo. A escola tem que fazer leitura dessas mídias, leitura do está aí, leitura do porquê, comparar uma notícia, por que aquele grupo leva de um jeito e o outro, de outro jeito. A escola tem que trabalhar para isso. É na escola que esse movimento tem que surgir se queremos realmente ter um pouco mais de autonomia nas decisões.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO - No outro dia fiquei agradavelmente surpre-

endido. Vi um anúncio na televisão para remédio contra dor-de-cabeça; a atriz que aparecia era Eva Wilma que, no momento, é aquela detestável Altiva de Greenville. Achei curioso como a empresa considerou oportuno veicular uma publicidade do seu produto associada a uma figura nitidamente detestável no momento. Descobri que já há suficiente segurança na capacidade crítica do público consumidor para desvincular personagem de ator. Lembrei algo que se passou nos Estados Unidos, no começo da década de 50. Um jovem ator, Richard Weedmarck, depois famoso, havia feito papel do bandido que empurrava escava abaixo uma pobre senhora adorável que estava numa cadeira de rodas. Esse ator foi comprar um litro de leite num supermercado da Califórnia e quase foi linchado pela população, que não sabia distinguir o ator do personagem. Isso é coisa de cerca de 40 anos passados. Nos Estados Unidos, a pátria do cinema! Ainda não estava nítido quem era o ator, quem era o personagem. No Brasil de hoje pega-se Eva Wilma para fazer propaganda de um produto quando ela está sendo a bandida! Há sinais evidentes de que quem cria anticorpos para a mídia é a própria sociedade. Nem sei se é a escola. A sociedade aprende mais depressa do que supomos.

Cleide lembrou o caso que aconteceu com o seu cunhado. Posso lembrar o caso de um colega de São Paulo, dono de escola, acusado de molestar sexualmente crianças e depois se

descobriu que era tudo mentira. Isso tudo faz parte do processo que vai ensinando a todos como se critica aquilo que a mídia oferece. Como você interpreta uma notícia? Do que você sente falta quando vê uma notícia na televisão? Esse movimento das Organizações Globo a respeito da ética dos comunicadores já é uma resposta ao poder crítico do ouvinte.

O Prof. JORGE FERREIRA DA SILVA - Antes de passar a palavra ao Cláudio, gostaria de recordar o que disse no começo do nosso encontro: ao abrigar o Fórum Educação - Cidadania - Sociedade dentro do seu corpo de trabalho, a CESGRANRIO assumiu um compromisso com a democracia. Creio que, aqui, estamos dando exemplo; o único controle que estou exercendo é de tempo. Nosso papel é o de trazer questões significativas para um público consciente daquilo que está sendo discutido, que se auto-escolhe; enviamos convites para todas as instituições preocupadas com isso mas há uma auto-escolha das pessoas na presença.

PROFESSORA DA PLATÉIA - Estou aqui como observadora. Já estive em várias escolas da Baixada. Trabalho com a lei de incentivo estadual. Acho que as escolas e instituições deveriam usar mais as leis que estão aí.

O Prof. CLÁUDIO - Quero saber como desvincular a imagem de tevê de entretenimento com a de tevê educativa?

A Prof^ª. MARLENE MONTEZI BLOIS –

Se se fizer o entretenimento passando valores educativos, todos vêem. Se se quiser passar uma aula formal, o vídeo deve ser usado, não uma televisão. Com o vídeo pode-se ver, parar, voltar. A televisão aberta é para outra coisa. Terá que haver criatividade, apresentar um bom produto. Não é só porque temos um padrão estético de televisão mais elevado do que alguns outros países e estamos acostumados a um nível artístico muito alto. Se não, as pessoas não aceitam, porque é enjoado, não prende, não usa a linguagem da televisão. Por que não ter um padrão de mesmo nível na educação? Podemos fazer educação agradável e leve.

A propaganda do McDonald's ensinando fatos da língua de forma muito simples e agradável; é muito interessante. Com certeza a garotada não vai dizer mais "para mim fazer" ou "dois hambúrguer". Olhem que interessante é essa publicidade: rápida, passa a mensagem usando o espaço com propriedade, com o timing da publicidade, claramente diferente do timing da aula, que é arrastada, e em que se pode ir e voltar. A TV Educativa fez projetos mais ou menos nessa linha com alguma competência e com o mínimo de recursos. Podia insistir, mas não sei se a idéia continua.

O Prof. JOSÉ MARQUES DE MELO -
Interessante que é um professor, não um ator.

A Prof^ª. MARLENE MONTEZI BLOIS -
É preciso um professor que tenha chave para ser um comunicador. Colocar um professor por colocar é um desastre. A experiência tem mostrado isso.

O Prof. EDGAR FLEXA RIBEIRO – Ensinar é uma coisa. Chamamos transmitir conhecimento de ensinar. Educar é outra coisa, na medida em que se refere a formar hábitos, a gerar atitudes, a criar expectativas positivas em relação a um tipo de comportamento. Nessa perspectiva, a televisão aberta comercial precisa ser mobilizada para o ensino, porém faz educação sem parar, todo o tempo. Aí entra a contribuição do Prof. Marques de Melo: na verdade, é o comunicador que não está preparado para mobilizar a sua atividade num sentido educacional. Não digo para o fazer educacional, mas com o sentido da sua responsabilidade cívica em relação à educação, no desempenho da sua tarefa profissional. É quase um problema de ética da comunicação. Por que comunicar alguma coisa? Só para passar a notícia adiante? Então, grite. Mas, se você está querendo comunicar de uma forma mais profunda, não pode fazer isso dissociado de um compromisso cívico com a qualidade do trabalho, que não é só informação, é um tipo de valor. Para isso não se pode ter um código prévio. Isso vai gerar-se pela evolução das coisas. Talvez precisemos colocar na cabeça que o ser humano se educa de qualquer maneira. Não importa. Ele

pode educar-se bem para o bem, bem para o mal, de várias maneiras. O ser humano é educado abandonado na calçada. Pode não ser a educação que queremos para nossos filhos, mas aquilo é educação, como fenômeno, como desenvolvimento de hábitos, de atitudes e de comportamento no ser humano. Você pode não querer que ele tenha aqueles hábitos, aquelas atitudes, aquele comportamento. É um problema seu. Mas, aquela criança abandonada debaixo da marquise está sendo educada, sim. Não sei se vai sair um ser humano como gostaríamos de que fosse, mas sairá um ser humano, dotado de direitos e educado. Com os valores daquele grupo, código, ética, está tudo presente ali. Por isso precisamos distinguir essas duas coisas: todos serão educados, de um jeito ou de outro; ensinados, veremos.

A Prof^a. CLEIDE RAMOS - Queria aproveitar sua intervenção porque acho que há um outro aspecto aí que precisaria ficar mais claro para nós. Marlene já levantou ser necessário que a televisão educativa se aproprie de fato de linguagens televisivas para que possa tornar a educação mais agradável no sentido do ensino, inclusive. Mas, quero ir agora para a televisão aberta comercial, etc. É verdade que temos grandes programas informativos, o próprio Globo Repórter. Porém, preocupa-me muito, no momento, o problema de baixar a qualidade de informação, a péssima qualidade comportamental, por programas que pretendem atingir as chamadas

classes B, C, D. Horrorizou-me, recentemente, a apropriação que a televisão está fazendo da vida privada das pessoas para expor ao escárnio público. Isso é falta de respeito. Dentro dessa preocupação venho amadurecendo uma idéia e acho que os comunicadores precisam pensar nisso: temos que pensar numa contraprogramação. O que estou chamando "contraprogramação"? Até mesmo e sobretudo nos veículos educativos abrimos espaço ao lazer, à cultura agradável, interessante moderna e construtiva onde a diversidade de valores apareça, que os jovens e suas famílias possam fazer suas opções de lazer, de cultura e de vida. Tenho refletido muito, estou profundamente preocupada. Essa banalização vai complicar a vida da televisão e aí a sociedade precisa começar a reagir forte. Espero que as chamadas classes B, C, D dêem uma lição nesse sentido, que não assistam a esse tipo de exploração da vida das pessoas em programa de auditório.

CONCLUSÕES

O Prof. JORGE FERREIRA DA SILVA - Acho que já nos cabe extrair alguma coisa conjunta deste longo momento de reflexão. Há, evidentemente, algumas observações cruzadas. Outras foram menos comuns mas acabaram conquistando uma espécie de adesão silenciosa.

Primeiro, um reconhecimento explícito de que a situação da educação brasileira não é apenas grave, chegou a nível quase trágico, e que a mídia, nesse processo, não tem cumprido o seu papel suficientemente ou bem. Por quê? Em primeiro lugar porque a compreensão do que seja educação não é algo tão comum e nem sempre é o ponto maior de interesse da própria mídia. A mídia tem uma lógica, uma finalidade, uma linguagem, orientação e clientela que não são aquelas da educação, sinônimo ensino, aproveitando observação recente de Flexa Ribeiro.

A primeira observação seria, e assim começamos a tarde, de que há problemas técnicos delicados. É o problema do diálogo entre os especialistas do conhecimento e da mídia. Esse diálogo tem sido muito complicado e, pelo que já sabíamos, é um problema bastante mais espalhado do que simplesmente o caso brasileiro.

Na verdade, a lógica, o interesse, a finalidade do mundo acadêmico são outros. Até o horizonte temporal é distinto. Então, não se pode medir essas traduções com facilidade porque as convenções, nesse caso, são muito complexas.

A segunda observação é que, no caso específico brasileiro, há vários valores conflitantes que poderiam ser resolvidos com a cultura da ação coletiva no Brasil. Esta cultura é sempre de entrega, é o Estado quem tem que resolver, é a sociedade quem tem que regu-

lamentar. E estamos aqui de uma maneira - não passiva, porque o passivo de alguma forma tem consciência do que está acontecendo - negligente e indiferente.

Daí começaram a surgir observações do ponto de vista da realidade da escola brasileira porque a mídia foi reconhecida como tendo uma grande qualidade e um grande defeito. A mídia brasileira, do ponto de vista técnico e estético, é primorosa; ombréia qualquer organização de nível mundial. Mas, do ponto de vista do que ela oferece, está empobrecendo a cada dia. Já não é uma grande maravilha e está empobrecendo. Quem viu mídias de outros países sabe que elas têm canais diferenciados abertos, não apenas por assinatura, que oferecem alternativas interessantíssimas. Há um canal americano, pago, que é brilhante. Tive oportunidade de estudar numa faculdade americana porque não há minha especialidade no Brasil; lamentava que se trouxesse tanta bobagem dos Estados Unidos.

A escola brasileira foi reconhecida como tendo algumas marcas que não facilitam as coisas. É uma escola diferente entre si, é uma escola pobre. Segundo, é uma escola resistente. Inclusive Flexa caricaturou isso de maneira saborosa mas não é inverdade. É lamentável que a maneira saborosa traduziu uma realidade.

Outro aspecto trazido foi: quem está exercendo o papel de grande

educador neste país é um meio chamado televisão. Está mobilizando atenções, modelando comportamentos, introduzindo temas de discussões que levam a entendimentos distintos como o seu e o que a Mesa apresentou. Para alguns não é o ideal mas a Mesa apontou: "Comparado ao que já vimos, isso já é um grande avanço". Quer dizer, já temos um processo de construção naquela linha democrática que esperávamos que este encontro produzisse. Mas, até por causa da tradição da CESGRANRIO, ficamos atraídos particularmente quando as pessoas não se bastam com diagnósticos. Apesar de a história da CESGRANRIO ser muito mais conhecida pelos vários formatos e meios de realizar diagnósticos - quer dizer, "Você está pronto para entrar numa universidade", é por onde somos mais conhecidos, estamos fazendo o SAEB, já fizemos o Um Salto para o Futuro - esta Casa está sempre preocupada com o "E daí? O que fazer agora?". É esta a grande preocupação que me trouxe à CESGRANRIO. Continuo vinculado à UFRJ, sou professor titular e, na CESGRANRIO, simplesmente coordeno este Fórum. Não sou uma pessoa da equipe permanente nem pertencço aos seus quadros. Mas isso me levou a um grande apreço pela CESGRANRIO.

As soluções que apareceram aqui - e que vão surgir desordenadamente porque estou recorrendo à minha memória - indicaram o seguinte.

Em primeiro lugar, em ordem de enunciação, não de importância, é

preciso uma abertura da mídia para preocupações educacionais em que ela não deixe de ser mídia.

Em segundo lugar, a escola precisa, por sua vez, deixar, equivocadamente, escapular das suas mãos a possibilidade que esses recursos trazem e torná-los produtores de educação.

Em terceiro lugar, a questão da regulamentação e da desregulamentação. O sistema está tão excessivamente regulamentado - traduzindo toda uma história bastante conhecida - que é preciso desregulamentá-lo e sensibilizá-lo. Este é o grande problema, onde paramos; essa é uma coisa complicada; quer dizer, onde estávamos não estávamos bem, mas não é uma aventura completamente desavisada, porque já tivemos experiências complicadas. Se é para atender, eu, pessoalmente, voto por quanto mais flexível melhor; essa é uma opção pessoal que não compromete ninguém;

Outro aspecto fundamental foi o de que coletivamente não fazemos isso, por mais que reconheçamos que educação é uma coisa importante. Do ponto de vista social, educação é matéria para discurso em época eleitoral e momentos de crise. Não se trata de um comprometimento desta sociedade. Tornar a educação uma questão realmente pública, na medida do possível desprendida do cotidiano governamental; não conseguimos também fazê-lo politicamente.

Outro dado que ficou claro aqui é que o jogo da universidade, particularmente com relação a isso, é de total indiferença. Os centros de formação de professores a qualquer título estão completamente alheios e não se sentem chamados a essa luta nacional, de usar qualquer meio que seja factível para modificar o nosso quadro educacional. Ou esse quadro é modificado ou o processo de consolidação dessa democracia que queremos sempre terá vários pontos de interrogação.

Por último, possibilidades interessantes. A possibilidade de, num país em que a mídia se habitua a fazer o jogo do oficial e o jogo da destruição, da crítica, haver problemas na formação da cidadania. Não é abdicar essa responsabilidade, mas equilibrá-la. Como foi levantando, aqui, evitando a superficialidade que a própria Folha de São Paulo nela reconheceu. Não apenas a Folha, todo o sistema de mídia deste país. Não se pode continuar sendo tão superficial. Jornal é veículo de profundidade. Televisão não é, mas não precisava ser tão superficial e gastar as tardes de domingo da maior parte da população brasileira apresentando tanta coisa absurdamente brega, imprópria, fora de tempo, que em nada ajuda à população. É um excesso e as televi-

sões estão fazendo isso em grande parte porque se transformou em veículo da sua responsabilidade uma coisa chamada IBOPE. Enquanto isso prevalecer sobre qualquer decisão estaremos muito mal. Para isso surgiu uma idéia aqui que me pareceu bem formulada, por parte de Cleide, de que é preciso que entremos numa fase nova de admitir que o que se pede de pessoas é começar a conceber o que chamamos uma linha de contraprogramação e que, usando a própria programação, façamos um trabalho contra essas tendências e que leve esse país a ter mais conhecimento de si mesmo, a mentir menos sobre si mesmo, a reconhecer suas dificuldades e, ao mesmo tempo, começar também a fazer uso de sua enorme singularidade, sua enorme originalidade.

Não sei até que ponto isso sintetiza o que aqui aconteceu, o que nos pareceu importante e aquilo que significativamente nos custa aceitar mas, ao mesmo tempo, é a nossa paixão.

Agradeço a presença de todos, particularmente aos seis membros da Mesa, incrivelmente provocantes.

Convido-os a discutir a avaliação no ensino médio, uma novidade no país, dia 18 de setembro, às 13 horas, aqui em nosso auditório.